



## **2ª COMISSÃO DE ECONOMIA, TURISMO, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO**

### **1º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA CIDADE DE LISBOA**

#### **1. Introdução**

No âmbito da recessão provocada pela situação epidemiológica – COVID-19, decidiu a 2ª Comissão Permanente - Economia, Turismo, Inovação e internacionalização, diligenciar um ciclo de audições a diversas entidades de forma a poder-se avaliar melhor junto dos diferentes associados representativos do tecido económico e social, as respostas colocadas em prática pelo Município de Lisboa, autarquia em articulação com as Freguesias, mas também a nível nacional, e, perceber onde existem as dificuldades, como melhorar e aperfeiçoar os mecanismos de resposta.

#### **2. Audições:**

##### **2.1. Audição da AHRESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal)**

A AHRESP fez-se representar pelo Dr. Carlos Moura – Vice-Presidente da AHRESP, pela Dra. Ana Jacinto – Secretária-Geral da AHRESP e pelo Dr. Pedro Carvalho – Responsável do Gabinete Económico da AHRESP.

O Dr. Carlos Moura fez uma breve apresentação da AHRESP, associação centenária com cerca de 125 anos, com grande responsabilidade, não só pela credibilidade que granjeou ao longo de muitas décadas, mas também porque representa muitos milhares de empresas, de empresários e de gestores. Intervém nas várias áreas da Restauração e Similares (cafés, pastelarias, restaurantes, restauração rápida, restauração coletiva), mas também no Alojamento Turístico (hotéis, alojamento local e empreendimentos turísticos de um modo geral) com quase mil associados nessa área.

Destacou três momentos cruciais para o país desde março do ano passado:

- Um primeiro momento em que se procurou dar respostas à manutenção dos empregos;

- Um segundo momento, e, a pensar na retoma progressiva da economia, em que o governo criou alguns mecanismos nesse sentido com base nessa perspetiva;
- Um terceiro momento, o atual, em que as empresas já não têm capacidade de resposta, necessitando de um novo quadro de apoios económicos.

A AHRESP, ao longo destes últimos nove meses, tem mantido um diálogo com o Governo, mas também com o Município de Lisboa, procurando propor soluções e construindo mecanismos equilibrados, lamentando que algumas delas, para não dizer a maioria, não estejam ainda regulamentadas.

Abordou a questão das medidas sanitárias tomadas pelo Governo que, apesar de concordar com elas, acha que algumas foram exageradas.

Referiu que as empresas numa primeira fase foram capazes de reagirem e foram mantendo os postos de trabalho, apesar das muitas dificuldades. Neste momento considera que se encontram esgotadas as capacidades das empresas. Dá o exemplo do sobre-endividamento, nomeadamente as moratórias bancárias, fiscais e outras, que terão de ser solvidas no seu devido tempo.

Nesse sentido, a AHRESP tem trabalhado junto do Governo e da CML, reforçando a necessidade de um novo quadro de apoios, com uma previsão de execução célere.

A AHRESP apresentou ao Governo três dimensões de medidas que considera que devem ser tomadas:

- Apoio à liquidez das empresas; à proteção do emprego; e às rendas não habitacionais.

Em relação ao Município de Lisboa, a AHRESP apresentou propostas muito concretas, nomeadamente em relação às esplanadas (reforço para as esplanadas atuais, alargamento da ocupação em via pública e apoio às novas esplanadas), às rendas comerciais, apoios a fundo perdido que o município prestou, mas que agora são manifestamente insuficientes ou em relação à matéria fiscal, por ex. o IMI, que não tem ouvido falar muito.

A Dra. Ana Jacinto começou por abordar a questão das rendas comerciais. Reconheceu que a Autarquia logo em março isentou todos os espaços de que é proprietária, mas apela que utilize a sua influência junto dos outros proprietários, sensibilizando-os para a necessidade da isenção das rendas. Dá o exemplo da ATL e do Porto de Lisboa (estabelecimentos muito dependentes do fluxo turísticos, bares e discotecas), com rendas avultadas, que muitos dos seus arrendatários não podendo exercer as suas atividades tiveram de fechar e, nalguns casos, encerrados por via de decreto legal, o que considera ainda mais grave.

Em relação às medidas que vieram a ser consagradas no LISBOA PROTEGE, disse que vem muito ao encontro do que a AHRESP vinha sinalizando junto da CML. Contudo, e perante o agravamento da situação que se espera, com um novo confinamento geral, mais apertado e alargado, perante este cenário, existem questões no LISBOA PROTEGE que poderiam ser revistas.

Desde o início sinalizaram a questão dos empresários em nome individual, sem contabilidade organizada, que ficaram de fora destes apoios. Parece-lhe que da mesma

forma que o Governo corrigiu os acessos a fundo perdido para estes empresários, seria importante que a Câmara pudesse reanalisar estes constrangimentos que deixam de fora muitos destes empresários.

Estão também preocupados com o alojamento local na cidade. Sabem que houve programas específicos, nomeadamente na conversão ao arrendamento tradicional, mas existem muitas atividades com grandes dificuldades ou que não recorreram ao arrendamento tradicional e que estão fechadas, na iminência de não voltar a abrir.

Afirmou que tudo o que puder ser reforçado e majorado será bem-vindo. Foram anunciados apoios importantes a estes sectores no passado dia 10 de dezembro que vão ao encontro das preocupações da AHRESP, mas esses apoios continuam a não serem acessíveis às empresas. Serem anunciados e não estarem disponíveis, será igual a zero.

Considerou que mesmo quando os apoios são regulamentados, de facto, eles não chegam a todas as empresas, porque as condições de acessibilidade são complexas e segregam grande parte dos empresários. Deu o exemplo da retoma progressiva, além de ser de grande complexidade para este tecido empresarial que é muito micro, empresários em nome individual, ainda existem inúmeros casos de empresas que beneficiaram das isenções da TSU, legalmente concedidas, e agora a Segurança Social considera como dívida, não emitindo a certidão de não dívida, e as empresas não recebem nenhum apoio. São apoios importantes, mas quando se vai ver, chegam a pouquíssimas empresas, e todos os dias se vão perdendo empresas, e todos os dias se vão perdendo trabalhadores.

No último inquérito que a AHREST fez, que reportou ao mês de novembro, cerca 40% das empresas restauração e bebidas a diziam que não sabiam se conseguiriam voltar a abrir portas, situação está muito mais complexa devido ao mês de dezembro

Terminou a sua intervenção com um alerta e com um apelo no sentido de majorar e reforçar porque teme que passados estes dias de confinamento, que poderão ser de 15 dias ou mais, sejam muito poucas as empresas capazes de abrir portas. Referiu a importância que este sector tem para a cidade de Lisboa e para o País. Alertou para o facto de o tecido empresarial estar a ficar destruído, perdido, e um dia quando chegar a retoma que todos querem que aconteça, iremos ter uma procura imensa, certamente, mas não haverá uma oferta para dar resposta a essa procura.

Apelou a tudo o que se puder fazer para majorar estes apoios importantes, que já foram criados no âmbito do LISBOA PROTEGE, sem segregações, porque muitos empresários estão a ficar pelo caminho, e que estes apoios possam ser reforçados, na tentativa de manter as empresas e os postos de trabalho, referindo o relatório do INE em relação ao terceiro trimestre, com a perda de quase 50 mil postos de trabalho, a nível nacional é certo, não só do concelho de Lisboa, apesar da maioria estar no concelho de Lisboa.

O Dr. Carlos Moura, voltou a tomar a palavra para falar sobre as plataformas de distribuição. Considera que existe um mito em relação à restauração. Referiu que se ouve muito falar que a restauração até nem é dos piores sectores, porque se pode servir do *take-away* e do *delivery*. Reconheceu que há estabelecimentos que venderam

alguma coisa através do *take-away*, mas fazendo as contas, e tendo de pagar entre 25% a 35% às plataformas, o que considera uma prática abusiva, fazendo as contas, essas empresas ganharam o suficiente para poderem manter minimamente os seus negócios a funcionar.

## **PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS**

### **DM Isabel Pires (BE)**

Em relação às dívidas à Segurança Social: tendo em conta que questionado na Assembleia da República, o Ministro da Economia disse que era um problema técnico e próximo de ser resolvido, questionou, então, se em janeiro de 2021 este problema se mantinha.

Questionou se a articulação entre as medidas municipais e as medidas nacionais, está a ser bem conseguida ou se têm a perceção de haver necessidade de um ajustamento para que esta articulação funcione melhor e eventualmente se possa chegar a mais empresários e também do ponto de vista da comunicação como acham, a nível de Assembleia Municipal e Câmara Municipal, que se possa ajudar a fazer passar mais depressa a informação aos empresários da cidade de Lisboa e se têm alguma sugestão nesse sentido.

Em relação às rendas: Perguntou se tem havido nos últimos tempos algum tipo de negociação com a Câmara Municipal relativamente à questão da ATL e das docas, e de que forma é que acham que o município poderá ajudar a influenciar nesta matéria.

### **DM Fernando Correia (IND PCP)**

Referiu que o apoio que a Câmara anunciou através do programa LISBOA PROTEGE, destinava-se a empresas com volume até 500 mil €, em função da perda de rendimento que não fosse superior a 25% nos primeiros 9 meses de 2020 face o período homólogo, contudo exclui pequenos e microempresários que não têm contabilidade organizada.

Questionou se continua a negociação com a Câmara Municipal de Lisboa; Como foi resolvido a nível nacional e como é que a AHRESP sugere que pudesse ser ultrapassado este problema.

Em relação às empresas de distribuição disse que o Presidente da Câmara anunciou que a CML iria avançar com uma queixa junto da Autoridade da Concorrência contra estas empresas. Questionou se há alguma notícia sobre este assunto e se há alguma iniciativa em conjunto com a própria AHRESP ou se a própria AHRESP já o fez.

### **DM Carla Madeira (PS)**

Falando dos apoios da CML, do programa LISBOA PROTEGE, alegou que foi dito alguns motivos pelos quais muitos empresários não estão a poder candidatar-se. Tendo em conta que a AHRESP é a associação privilegiada e que mais rapidamente recebe o

feedback dos comerciantes, questionou se existe uma insuficiente divulgação deste programa. Se entendem que os comerciantes de Lisboa têm todos, ou quase todos, conhecimento da existência deste programa e se existem muitos, ou por não estarem atentos ou por a informação não estar a ser devidamente publicitada, não têm conhecimento destes apoios, e se assim é, o que se pode fazer para melhorar a divulgação, tendo em conta que os meios digitais são atualmente os meios preferenciais, mas muitos comerciantes tradicionais ainda têm dificuldades neste sentido. Questionou como melhorar para que todas as pessoas tenham conhecimento que estes apoios existem.

Em relação aos comerciantes sem contabilidade organizada não se poderem candidatar – Disse que a Câmara de Lisboa, além do programa de apoio à economia, tem o Fundo de Emergência Social, onde apoia famílias e instituições, e, dentro das famílias apoia os trabalhadores independentes. Muitos dos empresários em nome individual são considerados trabalhadores independentes, passam o vulgo recibo verde, e dentro do programa do Fundo de Emergência Social, que é gerido pelo pelouro dos Direitos Sociais, muitos podem candidatar-se aos apoios por essa via, comprovando a quebra rendimentos em relação ao período homólogo do ano anterior. Muitos empresários, nomeadamente da área da cultura estão a candidatar-se por esta via.

Questionou se a AHRESP tem conhecimento desta vertente e se muitos destes empresários sem contabilidade organizada não poderão candidatar-se por essa via por serem trabalhadores independentes.

Perguntou qual a percentagem dos que não se encaixam nem num ponto, nem no outro.

A DM Carla Madeira deu também nota, na sua condição de Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, do seguinte:

- Em relação às rendas – muitos senhorios não estão a colaborar nestes processos e recusam-se a isentar e a diminuir o valor de renda, quer a comerciantes, quer a coletividade ou a moradores. Muitos dos estabelecimentos comerciais estão a ter bastantes dificuldades por não estarem a conseguir pagar;

- Em relação à distribuição - as taxas cobradas pelas distribuidoras são de facto impraticáveis e é importante continuar a denunciar esta situação;

- Na sequência da denúncia do Sr. Presidente Medina, e da queixa que ia fazer, começaram a surgir pequenos projetos. A Freguesia da Misericórdia já recebeu alguns jovens que estão a formar pequenas empresas, estão a apresentar projeto bastantes interessantes, com margens pequenas, e, como Presidente da Junta Freguesia da Misericórdia, considera fazer um projeto-piloto nesse sentido.

### **DM Luísa Aldim (CDS)**

Referiu que a nível nacional, umas das grandes críticas que tem sido comum por parte das empresas, maioritariamente nas pequenas empresas, é precisamente a incapacidade de cumprir os critérios definidos, neste género de programas, mas

também da burocracia exigida e a própria comunicação nas palavras escolhidas relativamente à regulamentação que torna difícil entender a abrangência destes programas e exatamente, o que é preciso ou não para ser um candidato apto a poder estar dentro do programa.

Relativamente ao programa de apoio LISBOA PROTEGE, questionou se a AHRESP tem ideia de números, quantos apoios já chegaram e quantas candidaturas foram concluídas com sucesso.

Dos que não conseguiram, perguntou quais as maiores restrições além das já nomeadas, como por exemplo serem empresários em nome individual.

Quis também saber a opinião relativamente à capacidade de execução desses programas.

## **RESPOSTAS DA AHRESP**

**Dra. Ana Jacinto** - Em relação à primeira questão, disse que o problema subsiste. Ainda na semana passada, duas semanas, enviaram uma relação de cerca 60 empresas que tinham reportado estas dificuldades junto da Segurança Social, para o Ministério do Trabalho da Segurança Social. Nesta altura já têm mais um conjunto de empresas. São muitas as empresas com estão com dívidas indevidas, e que não conseguem resolver porque também não conseguem falar com a Segurança Social. Há data, a única resposta que tiveram, é que o assunto está a ser analisado. As empresas continuam a ser penalizadas, ficando sem apoios por não terem a declaração de não dívida.

Em relação à questão das rendas e como a CML pode influenciar, não sabem, o que pedem é que se faça, porque quando foi decretado o primeiro confinamento, em março, a CML conseguiu influenciar, designadamente o Porto de Lisboa, a isentar os estabelecimentos destas rendas, até porque os estabelecimentos estavam encerrados. Neste momento sabem que se continua a receber faturas de rendas para pagar.

Em relação ATL, não iniciaram uma negociação direta, julga que também ainda não sinalizaram diretamente junto do Sr. Presidente da Câmara, mas, ultimamente têm chegado muitas queixas de empresários. A ATL continua a emitir faturas, apesar de não exercer pressão na cobrança, mas não deixa de ser uma dívida que os empresários dificilmente conseguirão pagar.

Quanto ao Programa LISBOA PROTEGE – Considera que está bem articulado, mas há questões que podem ser melhoradas, designadamente a questão dos empresários nome individual. O Governo central já resolveu, encontraram uma solução, e o que a AHRESP pede é que estes apoios da CML, sejam articulados com esta alteração e que possam abranger os empresários

**Dr. Carlos Moura** - Plataformas de distribuição – A AHRESP tem reunido com várias empresas de distribuição, sensibilizando-os para o absurdo das comissões impostas, que não são só as que se cobram aos restaurantes, mas também as que se cobra ao consumidor final.

Apesar de defenderem as duas lógicas, não deixam de reforçar a ideia do absurdo em relação à percentagem aplicada.

Nas reuniões têm abordado:

- Conhecimento do produto;
- Desenvolvimento tecnológico permanente que estas plataformas exigem;
- Estafetas – regularização da atividade.

Sendo o importante baixar as condições questão levadas aos estabelecimentos e que julgam ser possível.

- Abordando a questão do melhoramento da comunicação refere, que estes apoios quando são dirigidos a micro e pequenas empresas, ou se tem uma comunicação muito ágil e muito simples, ou então estarão reservados apenas, e só, para alguns. Têm apelado a quem regulamenta e a quem legisla, que o faça de uma forma simples e clara.

Reforçou a necessidade de instrumentos de divulgação, simples, claros e objetivos.

**Dra. Ana Jacinto** - Em relação à questão da comunicação, não considera que haja pouca. Tanto da parte da Autarquia como da parte da AHRESP, têm divulgado amplamente o programa. Têm um documento que fazem chegar aos empresários, que têm uma ampla leitura quer pelos medias, como pelos próprios empresários.

Julga que a questão se centra noutra vertente, na descrença de muitos empresários em relação aos apoios, que acabam por não conseguirem, o que faz com que muitos deles já não acreditem nesses apoios. Por outro lado, por mais simples que seja o processo, existe muita falta de capacitação por parte dos empresários, precisam de ajuda, que alguém os apoia e que faça por eles os processos de candidaturas. A AHRESP tem ajudado nos processos de candidatura, mas reconhece que começa a ser difícil dar resposta a todas estas solicitações. A AHRESP não tem recursos infundáveis, e talvez fosse útil a Câmara Municipal ajudar a AHRESP no sentido de reforçar esses recursos e poderem apoiar ainda mais estes empresários. Tem sido uma proposta da AHRESP que não tem sido muito apoiada.

Conclui que se pode reforçar a comunicação, mas considera que os dois grandes entraves, são por um lado a descrença dos empresários em relação aos apoios, que faz com que muitos não concorram por falta de confiança e, por outro lado, a falta de capacitação de muitos empresários.

- Relativamente à questão de os empresários em nome individual poderem recorrer por outra via, nomeadamente pelo Fundo de Emergência - não se trata de quem passa recibo verde, mas sim daqueles empresários em nome individual, que têm trabalhadores a seu cargo, que não têm contabilidade organizada, só que forma jurídica que têm não é de uma empresa, ou seja, não se encaixam no fundo de Emergência Social, mas precisam urgentemente de ser apoiados, de serem ajudados.

- Em relação aos números, candidaturas aprovadas, o que está pago, se há muitos problemas, a AHRESP ainda não tem esse relatório, tem algumas respostas de empresários, mas efetivamente ainda não tem números finais para dar, mas que partilhará assim que os tiver.

**Dr. Carlos Moura** - Concluiu com um apelo no sentido dum reforço de mais meios, porque considera que as coisas se vão complicar ainda mais. Pela dimensão e profundidade do problema, considera que as empresas não vão conseguir sem apoios.

No conjunto da restauração e do alojamento turístico têm 400 mil trabalhadores diretos. As empresas não vão conseguir sem uma ajuda forte das instituições públicas, não só do Governo, mas também dos municípios, evitando um encerramento em massa e consequentes repercussões sociais.

Apela à criatividade e ao engenho para um reforço de condições, desviando meios financeiro para aquilo que estava destinado num planeamento normal, para acudir, evitando um encerramento massivo destes estabelecimentos.

## **2.2. Audição da UACS – União de Associações de Comércio e Serviços**

A UACS fez-se representar pela Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Fonseca, Presidente da Direção.

A Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Fonseca iniciou a sua intervenção demonstrando abertura para mais reuniões de trabalho deste género, que não são muito importantes, tanto mais que Lisboa tem sido das cidades mais penalizadas com a crise que estamos a atravessar: por ser a capital e a cidade com mais movimentação (turismo), por ser a cidade com mais entrada e saída de pessoas a trabalhar e, numa altura de teletrabalho, o impacto é severo nos negócios de comércio e restauração, e porque não há ainda perspetivas de retoma a nível do turismo.

Foram identificados pontos mais críticos:

- Mercados: não tiveram um crescimento significativo em 2020, ao contrário do que seria de esperar, pois as pessoas continuam a optar pelas grandes superfícies, o que tem criado dificuldades muito grandes para quem trabalha nos mercados;
- Zona histórica/Baixa: zona mais fustigada na cidade, com uma maior redução de vendas (na ordem dos 70%, em média, em 2020, enquanto as outras zonas da cidade andam à volta de quedas entre os 25% e os 40%);
- Setor da moda: quedas, em média, na ordem dos 70%;
- Comércio local tradicional: na primeira semana de janeiro, 40% dos negócios registaram vendas muito fracas no natal;
- Rendas: é um dos maiores encargos para os comerciantes, que pode vir a ser colmatado pelo apoio anunciado pelo governo, mas ainda assim será insuficiente e já vem tarde demais para muitos micro e pequenos negócios. A UACS tem registo de



várias lojas que, entretanto, já tiveram de entregar as lojas por não terem como pagar renda;

- Restauração e hotelaria: não são apenas diretamente os restaurantes e hotéis que sentem a crise, mas várias empresas de serviços que dependiam do fornecimento a estes setores;

Relativamente aos apoios anunciados e/ou já em vigor, considera que são bastante importantes, mas que vieram tarde, sobretudo os apoios a fundo perdido. A ajuda da CML (Lisboa Protege) foi um complemento e uma ajuda relevante, mas conforme está a situação neste momento têm dúvidas que sejam suficientes e os prejuízos podem ser incalculáveis no setor de comércio e serviços.

Terminou a sua intervenção dizendo que há, genericamente, um sentimento de insegurança sobre o futuro e aumento de conflitualidade laboral. Mais um confinamento geral e percebe-se o problema da desertificação das ruas de Lisboa, especialmente no centro.

## **PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS (1ª RONDA)**

### **DM Simoneta Luz Afonso (PS)**

Sobre vendas online: será que o pequeno comércio não tem capacidade para se colocar online e ficar de fora desta nova procura? Será que compensa as vendas presenciais? De que forma está a UACS a ajudar estas empresas a reorganizar-se e reinventar-se? O que estão a pensar fazer em conjunto com o pequeno comércio para encontrar saídas para o futuro?

Tem uma preocupação especial com o centro histórico. Havia e há ainda pequeno comércio que faz a diferença em Lisboa, que confere à cidade a sua própria identidade, pelo que o seu desaparecimento pode vir a descaraterizar a cidade. Tem a UACS planos concretos para responder a este problema?

Sugeri que pudesse existir um roteiro online das lojas características da cidade de Lisboa, potenciando a sua manutenção.

### **DM Maria Luísa Aldim (CDS)**

Qual tem sido o feedback da UACS e dos seus associados relativamente aos apoios criados pela CML? São ou não suficientes? Quais as maiores dificuldades em aceder aos apoios?

Que mais poderia estar a ser feito? A divulgação dos apoios da CML tem sido suficiente ou deve ser reforçada?

### **DM Rui Paulo Figueiredo (PS/Presidente da Comissão)**

Questionou se tem havido interação e aprofundamento da relação com as juntas de freguesia, referindo o trabalho de divulgação que tem sido já feito pelas mesmas, em articulação com a CML.

Pedi para que fosse aprofundado o tema da conflitualidade laboral.

## RESPOSTAS DA UACS

**Dr.ª Maria de Lourdes Fonseca** - Informou que, de uma forma geral, os associados ficaram satisfeitos com o facto de haver um apoio da CML e que tinham a expectativa de o receber mais rapidamente que alguns apoios do Estado. No que toca aos problemas identificados, referiu:

- Os montantes;
- A questão do CAE primário, que muitas vezes não é o que está previsto como critério para receber o apoio da CML, pois as empresas têm esse CAE como secundário.
- O problema de empresas com morada fiscal fora de Lisboa, algo que acontece com muito pequeno comércio, sendo um problema mais difícil de resolver;
- Os apoios da CML só abrangem comércio a retalho, ficando de fora setores como costureiras, confeção, arranjos ou lojas de noivas;
- Algum atraso nas respostas, mas que têm sido ultrapassados.

Estes problemas já foram apresentados à CML, bem como remeteram algumas propostas de resolução, como por exemplo que desde que as empresas tivessem um dos CAEs deveriam ter acesso ao apoio, deixando de ser, assim, excludente. Considerando o novo confinamento, consideram que os apoios devem ser alargados no tempo e equacionados para chegarem a mais empresas. Também têm trabalhado no auxílio à reestruturação das empresas.

No que toca ao online, identificam o problema de pequenas empresas ou familiares, com pessoas mais velhas, não estarem habituados às novas tecnologias nem terem quem os auxilie. Há dificuldade em ter plataformas digitais mais acessíveis a todos os negócios, especialmente a pequenos lojistas, porque as empresas de plataformas também não têm muito interesse nesse negócio. Nesse sentido, a UACS está a trabalhar para ajudar no comércio online e na digitalização, seja para sensibilizar os comerciantes seja para dar formação. Em conjunto com a CML, poderiam existir estruturas de apoio e orientação mais eficazes. Por fim, estão também a trabalhar numa proposta de atrair investidores para as lojas históricas e características para as tentar manter.

Informou que o trabalho com as juntas de freguesia tem existido, com algumas é mais próximo do que com outras. Sobre a questão da conflitualidade laboral, referiu que a questão do banco de horas e alterações de horários tem sido o que mais tem causado fricção.

### **2.3. Audição da CPPME - Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas**

A CPPME fez-se representar pelo Presidente da sua Direção, Jorge Pisco.

Agradecendo o convite, o Dr. Jorge Pisco disse que é uma honra ser convidado a participar neste Grupo de Trabalho, que permite à CPPME dar a conhecer a sua perspetiva, neste momento tão dramático para as empresas nacionais.

Enfatizou que, no final dos primeiros 15 dias do 2.º confinamento, os micro, pequenos e médios empresários (MPME) vivem um período de desânimo, desespero e angústia.

No passado dia 27 de janeiro, a CPPME promoveu uma reunião nacional para fazer uma avaliação relativa aos diferentes apoios que o governo tem em vigor, nos vários sectores económicos. O objetivo era fazer o balanço de como esses apoios estavam a chegar às empresas e se eram consentâneos com a realidade das dificuldades que as empresas estão a viver (vide Anexo). De forma generalizada, os participantes demonstraram preocupação relativamente à ação do Governo na gestão económica resultante da pandemia, apontando-lhe várias debilidades.

Os apoios do Estado pecam em três vertentes: nos valores, na dificuldade de acesso, e no tempo que decorre até os MPME conseguirem aceder a eles. Empresários que tinham direito aos apoios viram os seus requerimentos indeferidos, outros não chegaram sequer a obter resposta por parte das entidades responsáveis. Estes fatores ditaram o encerramento de muitas empresas.

O sentimento de que o Governo não tem uma estratégia no combate à crise é generalizado, que as medidas económicas até agora tomadas são vistas como reativas e avulsas, e que a falta de visão e estratégia a prazo mina a confiança dos empresários.

Esta situação é transversal aos vários setores. As várias associações profissionais representadas na reunião foram nisto unânimes.

Logo em 19 de março de 2020 foi apresentado ao Governo um conjunto de 13 propostas, assim como foram apresentadas propostas à Associação Nacional de Municípios. Estas propostas, que visavam mitigar o impacto do confinamento, caso tivessem sido implementadas, teriam minorado muito a situação difícil das micro, pequenas e médias empresas.

Embora estas propostas tenham sido ignoradas, verificou-se que o Governo tem anunciado muitas medidas e dinheiros que acabam, na prática, por não vir ao encontro das necessidades das empresas. Por exemplo:

- as linhas de crédito desadequadas;
- o lay-off simplificado – que de simples não teve nada e que isto é sobejamente conhecido, sendo que há empresas a quem ainda não foi pago este incentivo, relativamente ao primeiro confinamento;
- os sócios-gerentes, que só depois de uma grande batalha conseguiram apoio e, ainda assim, só durante seis meses (quando caducou, o governo aparentemente não se tinha apercebido deste facto).

Como estas, acrescenta Jorge Pisco, há outras situações caricatas em que a burocracia em torno do acesso aos apoios tem sido catastrófica.

Para os MPME, a salvação para navegar o labirinto burocrático do acesso às medidas de apoio têm sido os contabilistas certificados, mas é mesmo a própria Ordem dos Contabilistas que diz que os seus associados já não conseguem fazer face à burocracia, perante a catadupa de leis e regulamentações que têm sido publicadas e que muitas vezes são contraditórias entre si.

Passados dez meses do princípio da crise, havia a esperança de que a situação económica neste momento estivesse já melhor, mas, por conta da situação epidemiológica corrente, veio a piorar ainda mais.

Na sequência da aprovação do Orçamento de Estado em novembro, foram anunciadas já em dezembro um conjunto de medidas que, para a CPPME, são positivas, mas que, perante a degradação da situação sanitária (que decretou novo confinamento e, conseqüentemente, a paragem de grande parte da atividade económica), o simples alargar das medidas antes previstas (durante o primeiro confinamento) não é suficiente para fazer face ao decorrente agravamento da crise económica.

Há também que distinguir entre o anúncio de medidas que o Governo possa fazer e a subsequente regulamentação. Porque, muito frequentemente, a regulamentação vem contradizer as medidas anunciadas. Por exemplo:

- Empresas que não são contempladas como essenciais e por isso não têm acesso ao lay-off, ainda que, por causa do confinamento, vejam a sua atividade completamente estagnada;
- Empresas que estão paradas, mas não podem aceder aos apoios;
- Empresas cujos CAE (código de atividade económica) não estão contemplados nas regras do acesso aos apoios;
- Contabilistas que não conseguem ter acesso às plataformas estatais para requisição dos apoios económicos por estas serem ainda deficientes;
- Ministérios da Economia, do Trabalho e da Segurança Social e das Finanças, contradizem-se nas medidas e na forma de a elas aceder.

A par das medidas nacionais, existem também as das Autarquias Locais e o papel importante que desempenham e, no caso concreto, Lisboa não é exceção.

A CPPME é da opinião que as Autarquias Locais, não se substituindo ao Estado, porque as responsabilidades dum e doutras são diferentes, são importantes. Primeiramente, porque para os MPME o acesso aos decisores é mais simples: muito provavelmente conhecerão o Presidente da Junta ou da Câmara da sua localidade, o que agiliza as decisões. Um Secretário de Estado desconhecido menos provavelmente terá agenda para um MPME. Pela maioria dos seus problemas ter de ser resolvida localmente e por estas redes de contactos naturalmente estabelecidas já existem, as Autarquias Locais são a “primeira porta a que os empresários vão bater”.

Jorge Pisco disse que, embora estejamos todos de acordo que é muito importante que os apoios providenciados pelas Autarquias Locais existam, é, porém, importante também que estes apoios tenham alguma ponderação na maneira em como são atribuídos, porque temos assistido a situações muito díspares, provocadas pela dimensão dos municípios: uma coisa é o apoio que a CML pode dar, outra será a que um município pequeno poderá. Isto provoca sentimentos de inveja e comparação que não são salutares para o tecido empresarial.

A forma como os apoios são anunciados cria alguma expectativa e ilusão nos empresários. Tem-se vindo assistir a uma sucessão de anúncios de medidas que depois não se materializam e resultam num tecido empresarial frustrado e desconfiado do Poder Central.

Não podemos deixar que isto aconteça também como Poder Local.

No caso concreto de Lisboa, duas ou três notas sobre os apoios da CML, porque o Senhor Presidente da CML ainda esta semana anunciou um reforço dos apoios:

- O Programa Lisboa Protege: os 20M € que a CML aprovou. Este é um exemplo concreto: quando tal valor é anunciado, o entendimento geral é que vem aí o alívio económico. Porém, pega-se na regulamentação do Programa e imediatamente se vê que um conjunto de setores ficaram excluídos, como, por exemplo, os cabeleireiros e barbeiros. Se não fosse a Associação a fazer uma requisição à CML, estes, muito comumente MPME, ficariam excluídos deste apoio.

Contrariamente, estavam incluídas empresas de setores como o da informática, que durante este tempo da pandemia até nem têm sentido grandes dificuldades do ponto de vista económico.

Anunciaram que as candidaturas seriam fáceis, libertas de burocracias desnecessárias como comprovativos documentais, e que os pagamentos seriam ainda feitos até ao Natal. A Associação dos Cabeleireiros e dos Barbeiros, associada da CPPME, denuncia que não só não houve pagamentos vários, como a CML estava a exigir documentos que até então não tinham sido necessários. São situações destas que novamente enguiçam a engrenagem.

- Ainda esta semana foi anunciado um apoio que nós saudamos, juntamente com a nossa associada Federação Portuguesa do Táxi, e que consiste na atribuição de 500€ por licença. Porém, outra vez, falta ainda a necessária aprovação em sede da Assembleia Municipal, falta a regulamentação, e informação sobre prazos ou de quando é expectável a sua atribuição. Jorge Pisco roga aos presentes que façam por aprovar com celeridade um regulamento simples e fácil de aplicar: o dinheiro tem de chegar às empresas o mais rapidamente possível!

A razão para invocar esta celeridade é a seguinte: faz hoje 15 dias, o Ministro da Economia anunciou as medidas para este novo confinamento. Logo no dia seguinte, a CPPME fez-lhe chegar uma missiva propondo três medidas que considera fundamentais:

- 1.a) As verbas propostas deveriam estar disponíveis nos primeiros 15 dias;

2.ª) deveria ser simplificado o processo de candidatura; e

3.ª) Não poderia haver discriminação relativamente às MPME.

...Infelizmente, esta última está a verificar-se.

Assim, o Presidente da CPPME deixa aqui aos senhores Deputados Municipais o pedido para que cuidem que esta situação não se verifique ao nível dos apoios das Autarquias.

Outra questão que desejou frisar foi a da necessidade de as Autarquias não incorrerem num escolho que o Governo Central retirou já do caminho da atribuição dos apoios, que é a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de não-dívida tanto à Segurança Social, como à Autoridade Tributária.

(... bem, comenta, a legislação já o prevê, mas a verdade é que, embora tal prova já não seja requerida por lei, em vários apoios do Estado, os procedimentos de requisição continuam a pedi-lo...)

A nível local, esta situação acontece tanto na CML, como noutras autarquias das quais já tivemos conhecimento. Embora estivesse contemplado no Programa Lisboa Protege que tal prova não é necessária à candidatura ao apoio.

Relativamente a situações concretas que têm sido relatadas à CPPME ao nível da cidade (porque tudo não depende só da Câmara, mas também das Juntas de Freguesia), realça que não há um critério uniforme na isenção das taxas em todas as Juntas de Freguesia.

Deixa também nota de que a Associação de Feirantes de Lisboa reporta que, se houve isenção de taxas entre março e julho do ano passado e que, subsequentemente, nos meses entre agosto e dezembro, houve uma redução de 50% das taxas, não está ainda definido o critério de isenção ou não, e, se sim, de quanto, para este ano; que esta informação é vital para a prossecução da atividade. Deixa nesta instância o pedido para que a CML lhes faça chegar esta informação tão brevemente quanto possível.

Jorge Pisco finalizou dizendo que esta fase é muito preocupante, pois não são apenas alguns setores, como o da restauração ou o do comércio local que estão em crise. Setores que ultimamente tinham ganho um grande peso na economia da cidade por via do turismo – como o dos operadores turísticos ou o do alojamento local – que, independentemente da existência dos apoios estatais, não podem ser deixados de parte pela CML, visto terem sido motores da economia da cidade nos últimos anos.

## **PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS (1ª RONDA)**

### **DM Isabel Pires (BE)**

Sobre o Programa Lisboa Protege (já que esta Comissão poderá ter mais impacto nas políticas locais):

a) Na questão dos pagamentos da primeira fase do programa, que era suposto terem tido lugar até ao Natal e acabaram por não ser todos feitos até esta data, estava a referir-se apenas ao sector dos Cabeleireiros e Barbeiros, ou este foi um fenómeno

mais generalizado? – Pergunto para que tenhamos noção se o programa resultou como estava previsto, ou não.

b) Se, daquilo que têm tido conhecimento relativamente à execução do Programa, a CPPME considera que devam ser feitas propostas de alterações ao seu regulamento, que sejam absolutamente fundamentais para fazer com que os apoios cheguem mais rapidamente e a mais sectores de atividade.

Relativamente à isenção das taxas, que é um tema que está dependente do Poder Local e que uma enorme diferença para alguns dos associados da CPPME:

a) Sendo que nos falou aqui, de disparidade de critérios na aplicação das isenções ao nível das Juntas de Freguesia: de que forma é que poderia ser harmonizado para que houvesse igualdade de todos os sectores de atividade na cidade inteira.

b) Relativamente aos feirantes. Já que esta foi uma atividade, já durante a primeira fase da pandemia, muito prejudicada por estar impedida de exercer durante largos meses (ainda que tenha havido algumas tentativas de colmatar as perdas deste setor por parte da CML, adquirindo, por exemplo, produtos frescos aos feirantes enquanto eles não podiam exercer a sua atividade...), gostaria de saber se houve já algum contacto por parte da CML, no sentido de continuar as isenções, para incentivar o sector.

Sem ser do ponto de vista local: tendo em conta que há alguns empresários que receberam apoios (valores que não são passíveis de encargos sociais), a quem foi erroneamente cobrada a Segurança Social sobre tais valores, e que, estão agora impedidos de se candidatarem a novos apoios e, ainda que o Governo tenha admitido já em dezembro que estava a par desta irregularidade e que iria corrigi-la, mas que – no âmbito da audição que esta Comissão fez à AHRESP – soubemos que havia ainda empresários a quem as dívidas indevidas continuavam a figurar, queria saber se, agora, já em finais de janeiro, a CPPME tem conhecimento da continuação do impedimento de acesso a apoios por estes empresários.

### **DM Simonetta Luz Afonso (PS)**

Em tom de desabafo, pergunta porque será que este país que tem sempre tão boas ideias – porque todas as ideias que Jorge Pisco referiu são boas ideias, que vão de encontro à satisfação das necessidades – atrasa sempre tudo com a burocracia?...

Diz que devemos todos pegar neste assunto, porque apesar do SIMPLEX, da Empresa na Hora, dos procedimentos relativos ao Cartão do Cidadão estarem tão mais simples, do acesso a tantos serviços do estado serem possíveis através internet, do facto de tudo isto pode funcionar – e há setores onde funciona! – e do desejo do Governo de resolver estes trâmites burocráticos que emperram e não fazem produzir, ainda assim verificasse que conseguimos “estragar tudo” com a burocracia aguda que enferma as instituições, arruinando tudo. As boas ideias caem em saco roto, as pessoas ficam frustradas.

Este é um problema nacional do qual todos os empresários se queixam.

Pergunta se Jorge Pisco tem alguma ideia do que poderia ser feito para obviar a estas dificuldades, que paralisam, que matam as boas ideias.

Pergunta-se porque é que o Estado Português não acredita na palavra dos seus cidadãos. A declaração sob palavra de honra é prática comum noutros países. Porque existem repercussões sérias para os infratores, diz acreditar que, caso esta figura legal existisse, provavelmente haveria menos fugas e desvios ao que está prescrito, porque o cidadão que o faz pode ser auditado, e age apenas na pressuposição que será de facto auditado.

### **Presidente da 2.ª CP, DM Rui Paulo Figueiredo**

Tende a concordar com a DM Simonetta Luz Afonso, mas está menos otimista porque a população tem-se comportado de maneira leviana no que toca às medidas de contenção da propagação do vírus SARS-Cov-2 e que, continuando assim, nem daqui a seis meses estará a situação sanitária controlada.

Em reuniões que teve com profissionais do Alentejo e do Algarve apercebeu-se que estes já dão o Verão como perdido a nível económico. Entre os disparates que todo o país fez na época do Natal e a forma pouco séria como tantos continuam a encarar a pandemia, é da opinião que, do ponto de vista económico, vai haver um novo agravamento da situação e um agravamento da recessão.

Entre os anúncios, a regulamentação e a implementação das medidas tem havido uma difícil coordenação. Por isso é que aqui, nesta instância, temos conversado sobre a necessidade de parceria para a divulgação de informação entre as empresas, as Juntas de Freguesia, a Câmara e as associações empresariais, para todos juntos, conseguirmos fazer chegar a informação pertinente a quem dela precisa.

Sobre a não-harmonização das taxas, gostaria de saber se tem informações que pudesse disponibilizar, porque a informação que me tem chegado é que tem havido alguma uniformidade no tratamento desta situação. Caso tenha exemplos concretos dessa assincronia, seria útil, para que possamos fazer alguma diligência nesse sentido.

Na esteira da pergunta da DM Isabel Pires, gostaria também de saber se há alguma proposta em concreto que gostasse de fazer para melhorar o Programa Lisboa Protege? (para além do que já referiu relativamente ao alargamento dos sectores económicos abrangidos e do alargamento da duração do programa)

### **RESPOSTAS DO SR. PRESIDENTE DA CPPME, JORGE PISCO**

Começou por responder à questão da DM Simonetta Luz Afonso, no que concerne à burocracia e à sua simplificação.

Dá o exemplo de um dos dirigentes da CPPME, que se candidatou ao projeto do Apoiar - trata-se duma pequena empresa. Preencheu todos os formulários, obteve o apoio. Para poder, na sequência, obter o financiamento tinha de poder assinar digitalmente. Ora, porque este cidadão não tinha a assinatura digital do seu Cartão do Cidadão



ativada, não podia obter o financiamento! Como os serviços do IRN ficaram sobrecarregadíssimos durante o confinamento, o seu pedido de ativação da assinatura digital levou um mês e meio. Este empresário teve de esperar um mês e meio para obter o financiamento porque o programa está desenhado de maneira que não prevê qualquer outra maneira de assinar, ou de, por exemplo, o fazer a posteriori.

Quanto à simplificação da legislação: não há jurista nenhum, não há contabilista nenhum que consiga manter-se atualizado relativamente à enxurrada de páginas e páginas de legislação nova, todas as semanas.

Em conversa com a Bastonária da Ordem dos Contabilistas, foi-lhe dito que todas as semanas a Ordem faz novas ações de formação, para tentar manter os seus associados a par da legislação que está constantemente a sair.

Por exemplo, se ele, Jorge Pisco, desejar submeter uma candidatura ao Programa Apoiar, ainda que tenha acesso ao formulário pela internet, ainda que saiba preencher todos os campos, a candidatura só pode ser entregue por um contabilista certificado; que, frequentemente, não o consegue fazer porque os servidores da plataforma não respondem, ou porque há um bug no formulário, ou por uma razão quejanda.

Ao não simplificar o processo, ao obrigar à assinatura de um contabilista, ao não proporcionar as ferramentas para que este possa trabalhar, o Estado obriga – tanto em tempo, como nos valores despendidos em serviços de contabilidade – os MPME a gastos de tempo e valores desnecessários.

Nas reuniões que a CPPME tem tido com o Ministro da Economia e com Secretários de Estado, este tem sido um assunto recorrente. Na carta que atrás referiu ter enviado ao senhor Ministro quinze dias antes, no ponto que se prendia com a simplificação dos processos de candidatura, propunha-se que o empresário pudesse fazê-lo sob compromisso de honra que as declarações prestadas eram verdadeiras, apresentando posteriormente os documentos que o comprovassem. Isto para que os valores dos apoios pudessem chegar às empresas no espaço de quinze dias. Porque, veja-se bem, em março do ano passado, as empresas ainda tinham algum capital, mas neste momento estão completamente descapitalizadas! – estamos a falar de micro e pequenas empresas, de empresas familiares – foi preciso vir esta pandemia para o país se aperceber que o tecido económico do país é constituído por 1,2M de micro, pequenas e médias empresas.

Perguntado pela TSF o que pensava sobre apenas 22.000 empresas estarem em lay-off, disse que não sabia. Porque se sabe que, no primeiro confinamento, quem auferiu deste apoio foram fundamentalmente grandes empresas; a descrença no sistema é tão enorme!

Respondendo à pergunta da DM Isabel Pires: a situação da Segurança Social mantém-se, impedindo, por causa de um erro de computação de dados totalmente alheio aos empresários e que lhes imputa uma dívida indevida, que estes tenham acesso à medida de *lay-off* dos seus empregados. Que ainda no dia anterior tinham tido essa confirmação – que, sem a certidão de não-dívida da Segurança Social, a medida do *lay-off* não pode ser ativada.

Porque uma coisa é o que diz a Secretaria de Estado da Economia, outra coisa é o que diz a Secretaria de Estado da Segurança Social, e ainda outra é o que diz o Ministério das Finanças: fazendo com que os empresários sejam achincalhados por um sistema que lhes dá informações contraditórias.

Relativamente aos feirantes, a CPPME sabe que há contactos entre a Associação de Feirantes e o Vereador Carlos Castro para analisar a situação e a atribuição de isenção de taxas.

Relativamente à harmonização das taxas, Jorge Pisco – tendo em conta a comunicação do Presidente da República do dia anterior, que previa um confinamento até março, inclusive – considera que o primeiro semestre está economicamente “arrumado”; ou seja, não vale a pena estar a dar isenções trimestrais, porque esse período de isenção não corresponderá ao tempo que os negócios precisam para começarem a faturar e a pagar as taxas devidas: não faz sentido pensar em isenção de taxas a menos de seis meses.

Amargo, Jorge Pisco lembrou as palavras do Ministro da Economia, que dizia que “muitas empresas são para fechar”, e sugere que os atrasos nos pagamentos talvez tenham esse objetivo mesmo.

Relativamente ao Programa Lisboa Protege e ao não pagamento dos apoios até à data-limite (o Natal) referia-se exclusivamente à situação dos Cabeleireiros e Barbeiros.

Quanto à alteração do regulamento do Lisboa Protege, acredita que o regulamento tem sido capaz de agilizar o programa e que por isso é apropriado, mas que o programa deveria estender-se no tempo.

Claro que as autarquias também precisam de receitas, mas para que elas possam ser geradas no futuro, estes programas deveriam ser estendidos no tempo.

Nesse dia 29 de Janeiro, deveria começar um programa do Estado de apoio às rendas comerciais. Ver-se-á como funciona.

Diz que, assim que estiver pronto, remeterá à 2.<sup>a</sup> CP da AML o documento final que resultou do Webinar promovido pela CPPME no dia 27, com todas (muitas) as questões elencadas pelos diversos sectores, porque é uma boa súmula das dificuldades que têm sido encontradas entre os empresários.

Deu quatro exemplos dos não-apoios que existem:

- 1) Sector das gasolinhas, que inclui muitos empresários muito mais pequenos que as grandes gasolinhas, como sejam a GALP, a BP ou a REPSOL. Uma gasolinha está a funcionar porque não está contemplado o seu encerramento, logo não tem apoios. Porém a redução da faturação não deixa de ser notória, sendo que os seus encargos se mantêm;
- 2) Uma fábrica de bolos, com 17 trabalhadores, cujos clientes são cafés, escolas e quejandos. Estes comércios, instituições fecharam, mas a fábrica de bolos não está contemplada por entre os CAE das empresas que tem apoios à redução da faturação;

3) Nenhuma empresa constituída nos finais de 2019 e que só começou a faturar em 2020 pode ter acesso a qualquer tipo de apoios;

4) Por último, um exemplo muito interessante, porque a sua atividade é abarcada por vários Ministérios: um hotel, em Montemor-o-Velho, que tem dois alojamentos locais e que vive essencialmente do desporto: das equipas de alta competição estrangeiras que vêm estagiar a Portugal. Depende de quem? Ministério da Economia, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Segurança Social e Ministério das Finanças.

Podiam ter os atletas lá alojados, mas não poderiam servir refeições senão em *take-away*. Não poderiam ter apoios. O Ministério dos Negócios Estrangeiros não passaria os vistos necessários aos atletas. Relatámos o caso deste empresário ao Governo porque são este tipo de situações que chegam à CPPME todos os dias, de Norte a Sul do país.

Temos agora também um novo exemplo dos empresários do setor têxtil, que conseguiram transformar-se e alterar o seu produto, vendendo máscaras. Agora, começa a pôr-se em dúvida a eficácia das máscaras comunitárias e o que faremos agora a estes empresários que conseguiram “dar a volta por cima”, fabricando e vendendo para o estrangeiro máscaras legalizadas e certificadas?

Relativamente à situação atual, que é necessária por razões de saúde pública, há, porém, decisões que não se percebem, como o porquê de algumas atividades terem de fechar. Neste momento estamos todos confinados e daí que não valha a pena estar a chover no molhado... A verdade é que se sente uma crescente sensação de inconformismo, mesmo de revolta (vamos lá a ver onde é que isto vai dar: temos já muitos telefonemas de empresários a perguntar se, caso fechem, terão acesso ao subsídio de desemprego, por exemplo).

Para terminar, Jorge Pisco deixa uma proposta – uma daquelas que fazia parte do conjunto de 13 propostas que fizeram em Março de 2020 ao Governo – e que, afirma, tem todo o cabimento também num município, independentemente da sua dimensão: a criação de um Gabinete de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas. A nível nacional, o IAPMEI não tem conseguido dar respostas às necessidades das empresas neste momento, daí esta nossa proposta ao Governo. Mas, nos municípios, estes gabinetes podem também simplificar a vida às próprias empresas, a nível autárquico, que não tenham de andar em bolandas do serviço tal, para o departamento aqueloutro e resolver as suas interações com o Município, num só espaço com todas as valências.

Agradeceu e reiterou a sua vontade de enviar a súmula dos trabalhos no *Webinar* da CPPME do passado dia 27 de janeiro.

#### **2.4. Audição da CCIP (Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa)**

A CCIP fez-se representar pelo seu Secretário-geral o Dr. João Pedro Guimarães

Começou por fazer uma breve apresentação da Câmara do Comércio, instituição completamente privada, tem 186 anos e vive apenas e só das quotas dos seus

associados e da prestação de serviços aos associados e a outras empresas que se articulam com eles.

O tipo de serviços que prestam são na área da internacionalização, missões internacionais e também consultoria internacional, vendem documentos de apoio à exportação que são os certificados de origem, têm também uma área de eventos e de formação e no período em que vivemos intervieram muito durante o ano a vários níveis tendo tido mais de 8000 participantes nos eventos, mais do que no ano anterior. Procuraram fazer ainda mais em 2020 para ajudar as empresas.

Têm ainda um centro de arbitragem comercial, representam a *International Chamber of Commerce* e, em parceria com a Câmara de Lisboa, um projeto chamado Investe Lisboa, enquanto agência de promoção de Lisboa e também atração de investimento para a cidade. Lá fora promovem e aqui recebem potenciais investidores das mais variadas dimensões.

Referiu que nesta altura em particular, procuraram olhar para a frente e é difícil saber exatamente como é que será o novo normal, e como é que serão as coisas ou se efetivamente voltaremos a ter uma realidade mais parecida com aquela que tínhamos anteriormente.

Explicou que gostam de chegar o mais longe possível em termos nacionais e internacionais. Referiu que quando foram contactados pensaram, olhando para a cidade de Lisboa, em 6 pontos essenciais, quer agora na fase da pandemia quer à medida que a pandemia for passando no sentido de poder ajudar Lisboa, nomeadamente a desenvolver o seu crescimento na sua qualidade de vida, mas também na concorrência que naturalmente terá com outras cidades europeias que terão a mesma preocupação e terão também o mesmo objetivo.

O Investe Lisboa, que tem cerca de dez anos de atividade, já é um projeto que funciona absolutamente em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e que na prática aquilo que se tem feito é promover Lisboa lá fora, atrair investimento para cá e que se encontra agora numa fase de estudos e numa fase de treino de estudo para qual é que será a sua evolução. Atualmente funciona dentro das instalações da Câmara de Comércio e tem uma direção bicéfala entre a Câmara de Comércio e a Câmara de Lisboa. Referiu que o que está agora a ser estudado é perceber qual é a melhor forma de evoluir. No fundo, para que possam continuar a prestar esse serviço de forma cada vez melhor, apurar-se quais os recursos que são necessários, ver se os meios são suficientes para aquilo que se pretende, na melhoria da sua capacidade. Acreditam que será fundamental, aliás o tema das agências de promoção é um tema que as várias cidades lá fora têm vindo a promover.

Acredita que a promoção de Lisboa teria a ganhar se fosse feita de forma agregadora na Área Metropolitana de Lisboa, pois haveria uma melhor gestão dos recursos e, portanto, acreditam que essa promoção, que será fundamental nesta altura e mais ainda no futuro, possa ser feita com ganhos para todos e para todos aqueles que vivem e trabalham na Área Metropolitana de Lisboa.

No passado, ainda no âmbito da Investe Lisboa, tiveram um projeto chamado *Lisboa Business Connection*, que funcionava, acima de tudo, a partir de uma plataforma, mas

procurava reunir grandes intervenientes e algumas PME (Pequenas e Médias Empresas) com regularidade para que pudessem partilhar aquilo que eram as preocupações das empresas enquanto *stakeholders* da cidade, e da sua gestão partilhar projetos e preocupações. O *Lisbon Connection* acabou, mas julgam que seria útil haver algum tipo de formato em que as empresas pudessem estar presentes com regularidade e dar também o seu input e apresentar projetos.

Afirmou que as coisas funcionariam melhor com a simplificação administrativa ao nível do município e com os processos de digitalização, com a possibilidade de existência de gestores de projetos, e com a previsibilidade dos processos que dão entrada na Câmara. Têm feedback da dificuldade das empresas pela gestão ao longo do tempo e financeira dos projetos de não terem ou não ser fácil ter o tal gestor, ter um contacto por uma interface único e poder de alguma forma também receber e poder gerir estes projetos com uma maior previsibilidade.

Refere que acreditam que Lisboa é uma cidade do futuro, uma cidade criativa, uma cidade inovadora e uma cidade tecnológica. Há vários projetos que têm vindo a ser feitos ao longo do tempo que vão neste sentido como a *Startup Lisboa*, como a *Websummit*, não têm dúvidas de que estes tipos de projetos são úteis para Lisboa, pois atraem muitíssimas pessoas. Além do mais, atrai atenção ao negócio que acreditam ser importante para o futuro da nossa cidade.

Outro tema relevante que têm abordado até com algumas congéneres são as redes e redes tecnológicas. O tema da 5G por exemplo, é um tema que tem vindo a ser bastante falado e que para já não se sabe quando é que avança, atendendo ao que tem vindo a público sobre as dificuldades com a ANACOM. Enquanto não houver este concurso não poderá haver também esse investimento na rede. Lisboa teria vantagem em se apresentar como uma cidade pioneira nestas matérias.

No que toca às missões internacionais que realizam, informou que em 2020 realizaram 14 missões virtuais pela dificuldade de levar as empresas a viajar fisicamente, mas que todos os empresários com quem se dão querem viajar fisicamente. Acreditam que no futuro as pessoas quererão viajar, e Lisboa deve, em termos de promoção, ter um centro de congressos com infraestruturas que permitam sempre a receção de congressos e eventos de maior dimensão, atendendo a que o *networking* e a vontade de estar presente continuará.

Disse que temos atualmente uma oferta de hotéis e de restauração extraordinária em Lisboa e que apesar de tudo terá picos e que poderemos também tentar dinamizá-las nas estações menos privilegiadas.

No que toca ao tema dos vistos Gold e da capacidade que tiveram de atrair investimento para as cidades, Lisboa em particular e para Porto também, é um tema que tem trazido muita controvérsia, mas acreditam que nesta altura e atendendo à concorrência que haverá entre todas as cidades no sentido de atração de investimento e de capital se efetivamente não terá um impacto grande na atração desse investimento e desse capital.

Referiu que é com imenso gosto que estão no conselho estratégico para internacionalização da economia, que é o programa do Governo, que agora já tem uma

segunda versão, para mostrar até 2030 uma série de objetivos em termos de internacionalização e até da importância das exportações para o PIB português. Tinham o prazo de 2025 para 50 por cento e agora, naturalmente com a pandemia, passará para 2027, mas que têm também objetivos diretos de investimento estrangeiro e que seria excelente se não ficassem sem eles ou postos em causa.

Acreditam que nesta altura tudo o que pudermos ter que facilite e que traga mais investimento melhor será.

Finalmente explicou que têm tido alguns contactos, com quem promove os dois lados da fronteira, aquilo a que chamam o corredor ibérico, e que no fundo procura lembrar um projeto que já é antigo que é o projeto do TGV. Começa com as ligações regulares entre Lisboa e Madrid e que depois apresentaria um calendário no sentido de primeiro com os passageiros e depois com mercadorias, tentando criar um triângulo com maior mobilidade e circulação ibérica entre Lisboa, Madrid e o Porto acreditando que no futuro, possa vir a ajudar na promoção da região ibérica e não apenas de Lisboa.

Deu nota de que na Câmara do Comércio, para tentar apurar quais eram as maiores dificuldades dos associados, lançaram um inquérito com as maiores preocupações que os associados tinham e promoveram também um gabinete de apoio à pandemia em que as empresas os procuravam para que pudessem explicar-lhes, não só a evolução da legislação, como a interpretação da mesma e como é que elas podiam aceder aos vários programas ou as várias sensibilidades que foram sendo criadas. Referiu que utilizaram essa informação para levar diretamente ao Ministério da Economia aquelas que eram as maiores dificuldades, procurando, tanto quanto foi possível, que os programas fossem sendo ajustados às necessidades das empresas.

Em conclusão os efeitos da pandemia são muitíssimo duros, complicados e ainda difíceis de prever em termos de *timing* quando poderão começar a abrir os negócios, sendo agora mais difícil com o confinamento.

Acreditam na tal cidade inovadora e criativa que cria capacidade para receber as empresas quer em congressos, quer para que venham cá instalar-se aproveitando as condições de Lisboa, e que se pode sempre melhorar, e ainda numa lógica de mobilidade física com apostas na circulação ferroviária, que poderá trazer mais gente para Lisboa. Lembrou que este é o Ano Europeu do Transporte Ferroviário.

## **PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS**

### **Presidente da 2ª Comissão, o DM Rui Paulo Figueiredo (PS),**

Comentou o facto de ser refrescante, face a tudo o que temos estado a viver, que o foco da Câmara do Comércio tenha sido mais na criação de condições de futuro para impulsionar a recuperação do que propriamente nas matérias da emergência.

Questionou se poderiam partilhar, de um modo sucinto, algumas das principais conclusões desse estudo e das preocupações que estavam a afetar os associados.

Referente à atividade internacional referiu que gostava de saber se a evolução dos constrangimentos do fundo logístico do condicionamento das importações e exportações tem sido positiva ou não e que impacto é que sentem sobre esta matéria.

Solicitou que aprofundassem um pouco o tema da Investe Lisboa no que refere ao aperfeiçoamento projeto mencionado anteriormente. Quais são as ideias, como é que se pode fazer, no vosso entender, a articulação com os próprios órgãos da área metropolitana de Lisboa, com a Associação de Turismo de Lisboa ou com os municípios.

Referiu que os vistos Gold são um instrumento muito importante e relevante para atração de investimento, naturalmente que de um modo permanente pode estar sempre em avaliação e em aperfeiçoamento, quer nos montantes, quer nos territórios quer até na materialidade daquilo que pode consubstanciar. Mas que acha que Lisboa ganhou com a sua inserção no programa de vistos Gold e continua a concordar que não é positivo que Lisboa seja afastada.

Disse que a alta velocidade poderia ser muito importante ao nível das mercadorias, se calhar muito mais até do que a questão dos passageiros e que a nossa exclusão de redes transeuropeias nunca fez muito sentido.

Para terminar disse que gostava de ter a visão e opinião em termos de setores prioritários, em termos daquilo que são os apoios do momento e da emergência, mas também daquilo que é o trabalho de promoção futura em que a sua intervenção se focou mais, se tem alguma ideia de setores que precisem de mais apoio ou setores que possam ser potenciados naquilo que será essa recuperação económica e a saída da recessão.

### **DM Maria Luísa Aldim (CDS)**

Agradeceu a exposição e toda a informação que foi transmitida pois é sempre bom conhecer melhor as instituições que estão na nossa cidade, a forma como representam Portugal e como conseguem ajudar e a promover a economia da nossa cidade.

Relativamente ao Programa Protege Lisboa questionou se tiveram algum feedback ou mesmo a sua própria análise sobre a apreciação geral que foi feita, ou seja, se os investimentos criados são de facto complementares com aquilo que é apresentado pelo Governo ou se existe algo mais, onde no vosso entender, a câmara municipal poderia ter arriscado e apoiado mais. Também perceber, e aqui esta pergunta não só pela questão do programa Protege Lisboa, mas também com os programas nacionais do ponto de vista de comunicação, estes apoios no âmbito do Covid se têm sido devidamente divulgados ou não ou e se do ponto de vista das empresas há muita desinformação, e o que é que poderia ser melhorado neste parâmetro.

Relativamente a um dos pontos que se falou, a médio, longo prazo, quais são as condições que acham que devem ser criadas para que Lisboa se torne uma cidade verdadeiramente competitiva para realização de eventos. Refletiu que tem experienciado vários grandes eventos a nível europeu e a maior parte deles escolhem Amsterdão ou muitas vezes, vários pontos da Alemanha ou países que acabam por ter outras condições para receber grandes eventos. Sendo que a dúvida é quais são essas

mesmas condições, uma vez que não será só uma questão do espaço, pode passar por mobilidade, por telecomunicações melhores.... Julga que seria importante nós termos conhecimento de quais é que são esses parâmetros, o que é que deve ser promovido em Lisboa, para que Lisboa se torne verdadeiramente competitiva nesta matéria.

Sobre o Investe Lisboa, não tanto quanto aquilo que está a ser reprogramado e que o que agora está a ser estudado, calcula que seja prematuro perguntar sobre isso, mas na ligação que fez referente ao *Lisbon Business Connection*. Disse recordar-se que foi um programa que do ponto de vista teórico era bastante interessante, mas tem ideia que na parte prática acabou por não ter assim tanta atração como poderia ter tido na altura em que foi lançado e pelo que me apercebi o programa acabou por cair, não havendo propriamente nenhum motivo para ele ter caído. Solicitou que lhe explicassem, uma vez que de alguma forma também estavam envolvidos, como parceiros que eram da Câmara Municipal se sabem os motivos que levaram a que este programa do *Lisbon Business Connection* tivesse caído por terra de forma tão prematura e até se têm alguma informação sobre se voltará a ser lançado ou não.

## **RESPOSTAS DO SECRETÁRIO-GERAL DA CCIP**

Numa nota inicial referiu que tentaram focar o olhar para a frente, que tem sido essa a preocupação deles e também com os seus associados e de que forma é que conseguirão criar condições para que voltem a ter atividade semelhante àquela que tinham anteriormente.

Outra nota também, porque pensou que seria relevante sobre as empresas, foi que nestes projetos que fizeram de ajuda às empresas, muitos deles logo em abril e maio do ano passado, quando as empresas estavam em maior dificuldade e que fizeram o tal inquérito, o gabinete de apoio, e alguns outros eventos que lhes deram uma enorme satisfação, acima de tudo pela solidariedade demonstrada pelas empresas. Um deles chamou-se Retoma Lisboa, e foi feita com empresas associadas, em que acabaram por ter cerca de mil participantes em seis ou sete seminários. As empresas vieram trazer conhecimento que elas próprias tinham e partilharam de forma gratuita com as outras para que elas pudessem fazer face, da melhor maneira possível, à pandemia e aos efeitos iniciais da pandemia.

Referiu que muitos destes efeitos não foram apenas objetivos, mas subjetivos, as empresas estavam naturalmente a sentir-se muito perdidas na altura, sem saber exatamente como fazer frente a eventuais dificuldades em que estavam e, portanto, sentirem-se incluídas no mundo de outras empresas que partilhavam as mesmas dificuldades foi uma coisa que trouxe do ponto de vista psicológico, para muitos destes empresários, uma grande vantagem.

Relativamente aos temas que foram levantados na altura, os maiores problemas foram os de tesouraria.

Por outro lado, num aspeto mais regulamentar, as regras foram saindo, por exemplo todas as empresas queriam recorrer ao *lay-off*, mas na altura algumas delas tinham dificuldades em interpretar de forma correta a forma de poderem recorrer e, portanto, a



Câmara de Comércio tinha uma assessoria jurídica nesse sentido, que foi muito relevante e objeto de muitos pedidos de ajuda.

Um terceiro ponto foi a partilha de informação no tema do acesso ao financiamento. Isto porque no acesso ao financiamento havia muitas vezes a necessidade da intervenção da Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua, e o que acontecia era que esta instituição não estava preparada, naturalmente, para aquilo que foi de repente um aumento exponencial de todos os processos nessa altura. Depois felizmente melhorou.

Relativamente ao Investe Lisboa disse que daria a resposta em conjunto, uma vez que não sabe dizer como será o futuro e que o estudo será para apurar qual é a melhor forma institucional ou formal para este projeto, qual será a dimensão adequada para um projeto como este, quais são os meios adequados e qual o número de recursos. Espera, tão rapidamente quanto possível, ter respostas para estas perguntas. Até porque depois podem traduzir-se em diferentes formas de aproximação, sabendo-se que mesmo em Portugal nem todos os municípios tratam este tema da mesma maneira. Há municípios que o têm integrado em direções e há municípios em que instituições estão fora e, portanto, não se sabe qual vai ser o desfecho.

Referiu que a ATL de alguma forma já faz isto e, portanto, eventualmente não sabe como é que isto vai ser realizado ao nível da AML, mas no turismo, não na promoção económica, já fazem este trabalho de âmbito mais alargado e, admite que possa ser um modelo a copiar, que se possa ir para um modelo semelhante.

Em termos das dificuldades relacionadas com a área internacional disse não ter muitos dados ainda, que na Câmara de Comércio são muito vocacionados para os serviços para ajudar as empresas, recorrendo muitas vezes, em termos estatísticos daquilo que vai sendo publicado por outras instituições, nomeadamente públicas. Os dados que têm é que terá havido uma diminuição das exportações em cerca de 22%, não tendo certezas. Certezas tem que nos últimos anos, quatro, cinco, seis anos têm feito uma média de 15, 16 missões por ano, tendo este ano mantido o número, mesmo que virtualmente. As empresas mantêm a sua vontade de exportar, de forma a voltar aos mercados e têm feito na Câmara um trabalho que vai no sentido da complementaridade das exportações, uma vez que cerca 70% por cento das empresas exportam para a União Europeia. Neste sentido têm-se focado no plano de internacionalização em mercados alternativos, para fora da União Europeia, África, América, Ásia até para a Euro-Ásia e mais recentemente tiveram no Cazaquistão. Ao todo fizeram 18 missões, 4 presenciais e 14 virtuais.

Sobre os vistos Gold e a alta velocidade referiu que são temas claramente controversos. Os vistos Gold estão essencialmente ligados ao investimento privado. Os privados irão decidir onde querem investir. Por mais que se queira levá-los para fora de Lisboa ou para áreas que não temos dúvidas precisam desse investimento, não se pode obrigar a esse investimento. Ao contrário, há uma série de fundos públicos ao longo do tempo como o Compete, esses sim procuram muitas vezes, e aliás são atribuídos a empresas que promovem um investimento fora das grandes cidades e, portanto, já há facilidades, nomeadamente o acesso a estes fundos para promoção do investimento fora das grandes cidades com fundos públicos. Disse que querer-se levar, por questões regulatórias, os privados a fazer o mesmo, admitindo que tem uma dificuldade acrescida.

Sobre a alta velocidade, seria seguramente nas mercadorias. Em termos de pegada ecológica com a eletrificação dos transportes ferroviários e sua rapidez, tornar-se-iam, claramente, competitivos face aos aviões, nomeadamente a nível da Península Ibérica. A capacidade pode ser muito semelhante nesse âmbito e poderá haver uma pegada ecológica reduzida, podendo, no futuro, fazer diferença.

Sobre os setores prioritários deu nota que Portugal tem crescido muito ao nível dos serviços, estando a ser muito apreciada pelos investidores a formação que damos em Portugal ao nível das engenharias e ao nível da programação. Grandes empresas como a Zalando, a Google, instalam-se em Portugal para prestação de serviços e temos de as atrair com a formação que estamos a dar.

Por outro lado, sabe-se que houve um grande investimento em tudo que é o canal Horeca, hotelaria, restauração etc. o que serão úteis para a promoção e atração de grandes eventos.

Sobre o Protege Lisboa não tem muita informação, até porque o programa está mais direcionado a um tipo de empresas que não são as empresas que têm como associadas e, portanto, não têm muito feedback.

No médio prazo, temas que possam fazer diferença, falou-se em Amesterdão e referiu também Barcelona, e neste contexto disse que Lisboa precisa de ter um Centro de congressos que comporte 20 mil, 30 mil pessoas, que só assim será uma cidade competitiva em eventos.

Sem prejuízo do novo normal, acredita que as pessoas vão querer estar umas com as outras, preferem ter um *networking* pessoal e, portanto, é preciso termos instalações e sendo que a 5G é outro tema que abrirá mais portas.

Referiu que pensaram, noutro tema, não sabendo se tem pernas para andar, mas poder-se-ia criar em Lisboa, uma espécie de Hollywood da Europa, uma vez que Lisboa tem condições extraordinárias de clima e poder-se-ia criar um centro de produção cinematográfico para atrair estas equipas e esta indústria.

Finalmente sobre o término do *Lisbon Business Connection*, disse que foi coincidente com a sua entrada na direção e não sabe ao certo porque acabou. Sabe que a ideia dos encontros era de facto, retirar e colocar na plataforma informação, para que pudesse não só dar feedback à Câmara Municipal sobre as dificuldades que as empresas passavam como eventualmente fazer propostas, admitindo que nesse formato ou noutro, numa lógica consultiva, poderia ser reativado.

## **2.5. Audição da ADBP (Associação de Dinamização da Baixa Pombalina)**

A ADPB fez-se representar por dois membros da Direção, o Dr. Vasco Mello e o Dr. José Custódio

## VASCO MELLO

Começou por referir que o que se está a passar na Baixa é muito grave, pois comparativamente com outros bairros da cidade de Lisboa o impacto é grande, pela falta de turistas. Nas suas palavras, 90% das receitas eram provenientes sobretudo de turistas e não chegou a haver recuperação no Verão.

A recessão já conduziu ao encerramento de 111 estabelecimentos na área da Baixa e, muito provavelmente, agora em janeiro de 2021, irá conduzir a mais encerramentos.

Entre abril e maio de 2020, após terem sido abordados por muitos dos seus associados, desenvolveram uma plataforma digital que se chama <https://baixachiadonline.com/>, uma ferramenta importante que permitiu fazer a digitalização do negócio e que teve um enorme sucesso. Neste momento a plataforma tem mais de 100 lojas online, incluindo pequenas e microempresas que não tinham qualquer experiência online.

Depois do confinamento fizeram algumas campanhas quer nas redes sociais, quer nos meios de comunicação social para que as pessoas viessem à área da Baixa. Infelizmente o sucesso foi relativo, ficando aquém da quantidade que desejavam. Isso traduziu-se na pouca rentabilidade dos estabelecimentos, o que os impede de fazer face às despesas que têm. Focou, também, que os estabelecimentos mais recentes sofrem mais do que os que os mais antigos. Naturalmente isso conduz a algum desespero por parte dos empresários que apostaram em ter as suas atividades na área da Baixa.

Quanto aos apoios dos diversos órgãos da administração central, os primeiros relativos ao *lay-off* simplificado, correram relativamente bem, apesar das dificuldades burocráticas. Depois houve alguns problemas no final do ano relativamente ao APOIAR: primeiro porque foi delimitado de forma excessiva o número de setores de atividades; por outro lado, o APOIAR RENDAS não incluía as médias empresas. Muitas das empresas na Baixa que já não são pequenas, mas médias empresas, viram-se confrontadas com zero apoios do Estado.

Deu como exemplo os sectores da moda, vestuário e do calçado. São sectores com mais dificuldades do que até a restauração, uma vez que numa fase de contração do consumo estes são os bens que os consumidores deixam de consumir primeiro. Por outro lado, verifica-se que são sectores que tem uma planificação dos seus *stocks* ao nível semestral e anual, pelo que no início de 2020 já teriam o *stock* adquirido. Tiveram de honrar os seus compromissos com as fábricas e não conseguindo escoar os produtos, implica um empate de capital muito grande.

Saudaram o programa de apoios da Câmara Municipal às atividades económicas na cidade de Lisboa lançado em dezembro. Curiosamente, em termos de atividades apoiadas, referem que abrange mais CAEs do que aqueles que estão no APOIAR. Porém, sabem que uma grande percentagem dos pedidos foram desta zona da cidade, mas as respostas não foram assim tão grandes quanto o número de pedidos. Como o valor do apoio do volume de negócios foi aumentado para um milhão de euros, provavelmente atingirá mais empresas. Consideraram correta a avaliação que foi feita pela Câmara Municipal de Lisboa e a sua decisão em aumentar o valor do volume de negócios pois, conseqüentemente, irá aumentar o número de beneficiários deste apoio. Referiu que duvida que ainda venha a tempo de salvar um número significativo de

empresas, já que muitas delas tinham uma expectativa muito grande no final do ano passado, principalmente com os feriados e os fins de semana grandes do início de dezembro, expectativa essa que não se concretizou devido às medidas restritivas da circulação das pessoas. Existem muitos setores em que esses dias são tão importantes que serão os melhores dias do ano. Nesse período as empresas não conseguiram fazer vendas, pelo que teve um impacto brutal, que se traduziu numa diminuição enorme de receitas em relação aos anos anteriores. Atualmente, as empresas já vêm muito fragilizadas do ano de 2020 e ficarão agora também sem receitas por mais uns meses, pelo que muitas irão fechar.

Informou os deputados municipais que hoje fizeram chegar ao primeiro-ministro e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa uma carta aberta no qual fazem uma série de sugestões que pretendem que sejam implementadas, sobretudo medidas de redução de custos para as empresas, que serão muito importantes. A referida Carta foi subscrita por cerca de 100 empresas da área geográfica da Baixa, um número extremamente significativo.

## **JOSÉ CARLOS CUSTÓDIO**

Começou por explicar que esta zona da cidade tem de ser olhada e apoiada de forma distinta de todas as outras zonas. A zona da Baixa-Chiado tem este grave problema: não tem grande densidade habitacional, pelo que não conseguiram manter o comércio como os restantes bairros da cidade.

Deu o exemplo de uma farmacêutica na Rua da Prata que pondera fechar a farmácia, uma vez que as ruas sem turistas ficam desertas e não há habitantes.

Referiu que pertence a uma comissão na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e que a mesma perdeu desde as últimas eleições, para o ano corrente, cerca de 3 mil eleitores. E isto tem uma gravidade enorme para esta zona, porquanto ruas como Rua dos Fanqueiros, Rua da Prata, Rua do Ouro, Rossio e Praça da Figueira estão, atualmente, completamente desertas. Disse, ainda, que esta zona da cidade tem de ser olhada com um cuidado muito especial. Caso contrário vai ser muito difícil manter este comércio que acaba por ser um comércio de serviço a quem ali trabalha e a quem ali mora.

Repetiu que na altura do confinamento criaram a plataforma de vendas online, que lhes deu um trabalho imenso, mas que conseguiram reunir mais de cem empresas que aderiram a este projeto e que foi uma ferramenta que colocaram ao dispor das lojas.

Quando se deu a reabertura, tiveram de pensar no que poderiam fazer para ajudar esta massa empresarial da Baixa-Chiado. Então, criaram um programa, o “Coração de Lisboa”. Indo de rua a rua, arranjam uma empresa que desenvolvia algumas iniciativas e algumas parcerias no âmbito do digital, fotografaram e fizeram vídeos de promoção dessas lojas. Este foi um canal excepcional para ajudarem os públicos de Lisboa e a nível nacional a conhecerem muitas lojas que no passado ficavam muito escondidas por trás da sigla do turismo. Reuniram neste projeto cerca de 150 lojas: Rua do Carmo, Rua do Ouro, Rua Augusta, Rua da Prata, Rua dos Fanqueiros, Rua da Madalena, Praça da Figueira e Rossio. Procuraram envolver o máximo de lojas neste programa e

aperceberam-se do quanto os empresários e grande parte deste comércio tradicional está neste momento a viver um verdadeiro desespero. Um desespero porque têm as ruas desertas. Nunca tiveram situações deste género e, portanto, estão a tentar adaptar-se, mas não havendo público morrem por completo.

Consideram que se nada for feito nos próximos tempos, teremos uma calamidade a nível empresarial na Baixa-Chiado.

Referiu que umas das coisas que poderia ajudar, nos próximos tempos, a trazer público para a Baixa, seria dar-lhes condições de acessibilidade. Ou seja, gratuidade nos parques de estacionamento até Dezembro de 2021.

Outra das questões é a isenção da taxa municipal que está a ser aplicada na fatura da EPAL. porquanto o valor da fatura da água para as empresas é muito elevado. A isenção desta taxa seria, também, uma preciosa ajuda.

Outra situação que se tem colocado era, efetivamente, a isenção de taxas municipais sobre as esplanadas e ocupação de via pública, no mínimo, até o final de 2022.

Por último consideram que o acesso grátis a todos os museus da zona da Baixa-Chiado poderia trazer muita gente.

## **PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS**

### **O DM José Moreno (PS)**

Começou por dizer que o relato que lhes trouxeram é um relato trágico, mas terrivelmente verdadeiro. Disse que estava de acordo, que é preciso fazer-se alguma coisa. Referiu que todos sabem que o comércio da Baixa vive essencialmente do turismo neste momento, uma vez que a Baixa está despovoada.

Disse que neste momento é preciso que haja ali âncoras que chamem o público, para além daqueles incentivos que referiram, nomeadamente a questão do estacionamento. Tornar esse estacionamento senão gratuito, pelo menos com preços mais razoáveis. Do seu ponto de vista, julga ser preciso mais do que isso, porque vivemos aqui um drama terrível.

Referiu que acha que o comércio da Baixa presta um serviço à cidade. Disse, mesmo, considerar o comércio da baixa estratégico para a cidade e para o país, atento o elevado número de turistas que o frequentam, com os inerentes reflexos na economia. Uma zona desabitada, sem lojas, com um certo ar de abandono, pelo menos do ponto de vista da existência de vida, naquela zona da cidade, não atrairia turistas. Disse que é preciso olhar para os problemas da Baixa com diferenciação, uma vez que não tem qualquer comparação com as outras zonas da cidade.

Quanto à percentagem da dependência do comércio relativamente ao turismo questionou se teria percebido bem os 99%.

Referiu que todos, certamente, o acompanharão ao afirmar que a situação que se verifica na Baixa é muito grave e que é preciso ajudar muito rapidamente a atividade

económica que ali se desenvolve para que se salvem a maioria das empresas que ainda não fecharam.

### **A DM Isabel Pires (BE)**

Começou por dizer que há uma reflexão que tem de ser feita não tanto de curto ou médio prazo, mas mais a longo prazo, ou seja, o problema específico da Baixa da cidade de Lisboa. Este problema tem a ver exatamente com o facto de ser uma zona muito mais desabitada, muitíssimo dependente da atividade turística e a partir daí as suas ramificações. Da parte do Bloco de Esquerda têm vindo a questionar há vários anos esta opção de termos aqui determinadas zonas muito dependentes do turismo e numa situação como aquela em que nós infelizmente vivemos, obviamente que as atividades económicas ficam numa situação extremamente complicada. Disse justificar-se pensar, também, no longo prazo através de um debate ou discussão de fundo, relativamente ao modelo económico, que se quer para a cidade e nomeadamente para esta zona; que outras formas é que têm pensadas para ajudar não só os comerciantes desta zona, os associados, quem tenha atividade económica, para evitar exatamente esta alta dependência que depois numa situação pandémica, traz dificuldades muito grandes.

Referiu que se se fala tanto que é necessário trazer pessoas para o centro da cidade, então também é preciso que exista uma outra série de políticas que estejam por detrás disto, de habitação, de arrendamentos, inclusivamente que permitam efetivamente às pessoas habitar os locais. O facto de termos uma zona da cidade tão dependente da atividade turística e tão vazia de habitantes traz estes problemas. Questionou como é que no futuro poderemos reequacionar este modelo e de que forma é que consideram que pode haver políticas que ajudem a colmatar esta situação.

### **A DM Simonetta Luz Afonso (PS)**

Referiu que gostou muito de os ouvir e pensa que trouxeram aqui uma nova questão para pensarmos todos em conjunto, que é a gentrificação dos Centros Históricos. Esta consequência no próprio comércio e que só se notou quando terminou o turismo, pois enquanto houve turismo não se deu por isso, as pessoas circulavam e faziam compras. O caso que se apontou da farmácia é paradigmático; neste momento não há ninguém na Baixa, nem sequer quem lá trabalha, pois estão confinadas e não existem habitantes nesse território. Por conseguinte é o deserto completo e isso realmente traz consequências gravíssimas.

Referiu que gostou bastante da ideia de relacionar o património com o comércio. De facto, a Baixa é um sítio fantástico, tem não só museus como igrejas muito importantes, o museu do Chiado, o São Carlos que muitas vezes fazem espetáculos no átrio, no largo, tem a Misericórdia e os seus museus, a Igreja de São Roque, o Bairro Alto. Todo este conjunto pode ser um complemento importante, i. é, a cultura pode ajudar o comércio e o comércio ajudar a cultura.

Disse que há uns anos houve uma ideia de usar o elétrico 24 da Carris, que começa no Cais do Sodré e acaba em Campolide, servindo imensos museus de Lisboa desde a

Escola Politécnica, ao Rato, Faculdade de Ciências, passando pela Fundação Vieira da Silva. Poder-se-ia criar uma associação entre o comércio da Baixa e o elétrico.

Lembrou que não se pode estar à espera de que tenhamos os parques de estacionamento gratuitos, além de que se está a tentar desviar o trânsito do centro da cidade por causa da poluição e não podemos cair nestas contradições. A utilização dos transportes públicos e neste caso, transportes leves como o elétrico que serve a Baixa Pombalina pode ser viável. Deu exemplo de se poder fazer um passe em que compras feitas na Baixa, o bilhete do elétrico ou do metro fosse gratuito, ajudando assim a não trazer mais automóveis para o centro. Embora compreenda que seja mais cómodo o automóvel, existe um futuro depois da pandemia e temos de salvaguardar também isso.

Questionou se fizeram uma avaliação dos resultados das compras online das lojas que aderiram à plataforma e se fizeram a avaliação custo-benefício.

### **O DM Fernando Correia (PCP)**

Referiu que foi muito interessante esta informação que trouxeram, uma vez que, de facto, o problema da Baixa é um problema mais grave que outra parte da cidade. Disse que foi muitos anos cliente da Baixa, como muitos outros alfacinhas. A Baixa acabou não só por expulsar quem lá residia como também, em determinado momento, por expulsar quem lá comprava. Por algumas razões que já referiram, a dificuldade de lá chegar, o preço do estacionamento, o excesso de turistas, o próprio custo de alguns serviços de restauração, uma vez que os preços duplicaram ou triplicaram chegando ao nível de algumas capitais europeias com rendimentos muito superiores aos nossos e, portanto, isto foi afastando os portugueses da Baixa.

Pensa que a pandemia veio por isto a nu, e que provavelmente aconteceria o mesmo com uma crise económica. Refletiu que o futuro, não será um futuro imediato, pois no imediato são precisos apoios, mas que o futuro também pode trazer oportunidades à Baixa não só pelo que os antecessores disseram, mas também porque é um grande centro comercial a céu aberto. As pessoas no futuro provavelmente vão preferir comprar num espaço a céu aberto, com a loja com a porta para a rua do que voltar às grandes superfícies porque esta pandemia vai deixar, seguramente, marcas que são mais negativas que positivas.

Questionou se mesmo com todas as limitações à circulação automóvel que sabemos que têm de existir, se acham que a criação de uma zona zero na Baixa é compatível com a recuperação do comércio da Baixa.

### **A DM Maria Luísa Aldim (CDS)**

Agradeceu a partilha de informação sempre muito útil e pelas sugestões que deram. Disse que de facto quem está no terreno e conhece bem as dificuldades que estão a ser sentidas é que sabe como todas estas questões podem ser ultrapassadas da melhor forma.

Referiu que, segundo a exposição que fizeram, referiram que muitas destas lojas, no fundo, são direcionadas para o turismo e os produtos que vendem, na realidade, se calhar, não são assim tão apetecíveis para o lisboeta. São focadas para o turista com as t-shirts de Lisboa e os ímanes para pôr no frigorífico, um conjunto de produtos que para o turista é muito apetecível e para o lisboeta não tanto, portanto, questionou se essas lojas não deveriam equacionar transformar-se dando uma nova viabilidade e sustentabilidade, uma vez que não se prevê que o turismo venha a ser retomado tão depressa quanto isso ou se aquilo que faz sentido é criar mais apoios específicos para que este tipo de lojas se aguarde até que a pandemia passe e o turismo volte a estar na nossa cidade.

Questionou qual é a visão que têm e o que faria sentido para podermos proteger a zona da Baixa, mantendo aquilo que é o que nós conhecemos, ter um bocadinho de tudo e estabelecer aquilo que é a componente histórica da nossa cidade.

Depois, uma vez que na Baixa quase todo o comércio está muito assente na componente turística, como é que podemos, como cidade, apostar e reforçar na confiança daquilo que é viver e fazer comércio na nossa cidade. Questionou como se atraem turistas, mas também, como se atraem os nossos cidadãos.

Disse que a confiança é fundamental e devido aos constrangimentos já mencionados só se vai à Baixa por fatores diferenciadores. Então, questionou o que é possível criar como fatores de diferenciação nesta zona da cidade para atrair, quer pela confiança, quer por outra coisa que tenham em mente para no fundo atrair mais pessoas. No fundo, além dos incentivos que referiram.

Por último ouviu também com muito agrado, confessou, tudo aquilo que fizeram relativamente à plataforma online que criaram e à quantidade de empresas que aderiram a essa mesma plataforma. No entanto, referiu que tem ouvido e que tem lido, que muitas vezes há muita resistência e dificuldade por parte do lojista e dos comerciantes em fazer esta transição do comércio tradicional para o comércio online. Questionou, então, quais foram os maiores desafios que sentiram destas empresas que fizeram esta transição.

### **Presidente da 2ª Comissão, o DM Rui Paulo Figueiredo (PS)**

Começou por saudar as diferentes iniciativas que foram feitas, o que prova bem aquilo que têm conversado na comissão; que as melhores respostas a esta situação serão verdadeiramente uma parceria entre todos os agentes públicos e todos os agentes privados, nomeadamente aqueles que estão no terreno. Referiu que para a Baixa ter futuro é preciso que tenha presente.

Frisou que lhe parecem bastante interessantes as duas ideias principais que colocaram: uma espécie de exceção ao Programa Especial de Revitalização da Baixa, assim como um programa conjugado com um discurso de articulação com todos os aspetos culturais, patrimoniais e históricos e com o objetivo de trazer pessoas para a Baixa.

Disse que tomou nota de todas as ideias e que poderão enviar também um documento com mais ideias sobre o que é que podia ser este programa especial da Baixa, bem



como a carta aberta que escreveram ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da Câmara de Lisboa.

Questionou se dos 111 estabelecimentos encerrados têm dados sobre quais os setores mais afetados ou se será transversal a todos.

No que toca aos apoios às associações, questionou se já fizeram diligências ou se já fizeram algum tipo de pedido de apoio quer à freguesia quer à Câmara Municipal e se obtiveram resposta ou não.

No que toca aos apoios dados às empresas, tendo sido referido que muitos tiveram resposta negativa, perguntou se sabiam as razões: se seria por não terem sede no concelho de Lisboa; se tinha a ver com o volume de negócios; se há problemas relacionados com dívidas à Autoridade Tributária ou à Segurança Social ou se há algum tipo de burocracia.

A propósito da pergunta que foi feita sobre a zona zero referiu que acha que talvez se consiga conjugar o lado da mobilidade e sustentabilidade com o lado da economia, tentando compatibilizar isso, diminuindo a carga negativa com uma solução que possa ao mesmo tempo diminuir os custos de contexto e a despesa daquilo que são as empresas e o comércio e toda a atividade do canal Horeca instalado na Baixa. Acha que se conseguiria diminuir muito o abastecimento logístico à cidade no número de veículos e modificar o tipo de veículos que dão entrada na baixa sem diminuir o abastecimento e ao mesmo tempo montar aqui uma operação que permitisse pelo seu efeito fiscal diminuir os custos de contexto com o abastecimento a todo o comércio e a todas as empresas que estão instaladas na Baixa. Atingiam-se os objetivos ambientais, mas com ganhos económicos para o tecido empresarial da Baixa em vez de como muitos temiam ou como se calhar a proposta estava desenhada há um ano com algum aumento de custos de contexto.

## **RESPOSTAS DA ADPB**

Quanto à percentagem de dependência das atividades económicas na baixa pelo turismo, referiram que seria entre 80 e 90%. Poderá haver muitos setores que podem estar aparentemente dirigidos só para o mercado nacional, como por exemplo a moda e o calçado, mas a conclusão a que chegaram ao falar com as empresas é que muitas delas, atualmente, faturam muito menos na Baixa do que noutras localizações na cidade.

Referiram que em 2007/2008, quando o Primeiro-Ministro foi Presidente da Câmara, já se conversava sobre a diminuição da população de Lisboa e da necessidade de se reabitar a cidade e o seu centro. A Baixa nos últimos anos tem sofrido ainda mais a diminuição da sua população.

Relembrou que o centro do Porto foi reabilitado, mas mantiveram o Bolhão enquanto na Baixa de Lisboa perdeu-se o mercado da Praça da Figueira, diminuindo ainda mais o volume de pessoas que por ali passam.

A alteração do uso dos prédios da Baixa também não ajudou, pois passaram de Hotéis a escritórios e depois até os escritórios se foram embora pelo que esses habitantes transitórios também saíram. Recordou que o estudo da vereadora Maria José Nogueira Pinto também já foi feito em 2004 e 2005, portanto, teremos de pensar e chegar a uma solução que seja duradoura.

Quanto à questão colocada pela Deputada Simonetta Luz Afonso, consideraram uma boa ideia a do elétrico 24.

Explicaram que, desde a década de 90 do século passado, a Baixa tem sido confrontada com novos polos comerciais em Lisboa. Foram surgindo as Amoreiras, o Colombo e depois o Vasco da Gama. Curiosamente todos são muitíssimo bem servidos por transportes públicos, quer o Colombo, quer o Vasco da Gama, mas a verdade é que o consumidor chega principalmente a esses pontos comerciais através de veículos automóveis. A emergência climática tem de ser um desígnio. Não pode ser só para o centro da cidade. Tem de ser um desígnio para a própria cidade e, portanto, todos temos de fazer um esforço para que esses meios alternativos sejam utilizados pelos consumidores.

Sobre a questão colocada pelo deputado Fernando Correia sobre a expulsão dos consumidores da Baixa, é verdade que os valores eram elevados em termos de restauração e pastelaria. Essas atividades económicas adaptaram-se também ao mercado e àquilo que eram as novas oportunidades. Têm a perfeita noção dessa crítica, que o próprio consumidor português por diversas opções se sentiu um pouco expulso. Por outro lado, disse que o deputado tinha razão ao afirmar que a Baixa é um centro comercial a céu aberto. Uma das expectativas que tinham no pós-confinamento era verificar se haveria uma maior adesão da população, uma vez que iriam preferir o comércio de rua aos centros comerciais. Informou que nos meses de Novembro e Dezembro, nos inquéritos que a Associação Nacional de Marcas de retalho fez, as maiores dificuldades situavam-se nas lojas de rua e não nas dos centros comerciais. O que achou que era claramente algo estranho face à percepção que todos tinham da atitude do consumidor face à pandemia. O centro comercial a céu aberto é uma questão discutida há muitos anos, inclusivamente já foram feitas algumas tentativas na Baixa, nomeadamente com a criação da Agência da Baixa-Chiado, mas, infelizmente, não foram bem-sucedidos. No futuro poderá ser novamente desenvolvida alguma campanha nesse âmbito.

Quanto à criação de uma zona zero e compatibilidade com a recuperação da Baixa, disseram que é preciso arranjar um modelo que consiga conjugar os diversos interesses.

Quanto à diminuição dos custos de contexto referida pelo Presidente da Comissão, disseram que há uns anos se falou num centro logístico na Baixa. No entanto, não se pode criar um mono novo de uma empresa municipal que requer muitos custos e depois esses custos serem sempre imputados aos mesmos, que são os comerciantes.

Quanto à plataforma deram soluções de pagamento e formações, mas não quiseram estar por dentro da questão logística ou de receita, pelo que não sabem se as empresas fazem muita receita ou não. Transmitiram que foi uma iniciativa muito interessante porque não esperavam tanta adesão, inclusivamente de pequenas empresas. Deram o

exemplo de uma empresa que é especializada no comércio de tudo aquilo que tem a ver com uniformes militares e policiais, uma empresa bastante antiga, uma loja com história, que não tinha experiência de procedimento nenhum com o comércio digital e que quis aderir à plataforma e com o auxílio da associação conseguiu arranjar uma solução chave na mão, quer para fazer as suas vendas, quer para personalizar os seus pagamentos e para fazer a sua logística.

Quanto à atratividade da Baixa para os consumidores nacionais, julgam que existem muitas lojas tradicionais na zona da Baixa que são atrativas para os consumidores nacionais.

Relativamente à confiança dos consumidores nacionais e consumidores internacionais, consideram que se conseguirmos manter os níveis de segurança em termos pandémicos e de segurança física, que Portugal sempre foi conhecido como tal, irão conseguir trazer atratividade e confiança para que os consumidores venham à Baixa.

Por último, no âmbito das perguntas colocadas pelo deputado Rui Paulo Figueiredo relativamente aos setores mais atingidos, referiram que foram o setor da restauração e o da hotelaria, pois são setores com uma forte dependência dos consumidores estrangeiros. Aqueles que têm menos resistência e menos resiliência nesta crise, obviamente, serão as empresas mais recentes, pelos custos de contexto serem mais elevados, nomeadamente as rendas.

Relativamente aos problemas com a Câmara Municipal de Lisboa, o que lhes tem sido apontado como fatores inibidores que levam a que a Câmara não lhes dê apoio, são por exemplo a questão de não terem a sede em Lisboa e sim no seu domicílio. No entanto o pagamento da derrama é segundo o local onde existem estabelecimentos de empresa, e, portanto, se a empresa tem um estabelecimento na cidade de Lisboa paga à Câmara Municipal de Lisboa. Referiu que não acha justo que se pague impostos na cidade e depois não se possa requerer apoios, pela morada da sede ser noutra município. Neste momento, têm alguma esperança, que com este aumento significativo dos apoios, mais empresas sejam abrangidas.

No que toca à plataforma, procuraram que o seu parceiro informático desse um auxílio muito importante, principalmente às lojas históricas, pois algumas delas tinham muitas dificuldades na informatização do seu negócio e efetivamente durante o confinamento houve muita procura na plataforma online. Quando as lojas abriram, a plataforma deixou de ser tão procurada, mas de certa maneira todas estas lojas que aderiram à plataforma, a maior parte delas, tiveram sucesso e manifestaram que existiam algumas vendas online neste circuito.

Em relação àquilo que a deputada Maria Luísa Aldim referiu, sobre aquilo que predomina muito na Baixa, que são as lojas de *gifts*, disse que efetivamente é um problema, e deixa isso à consideração dos respetivos lojistas, porque muitas vezes estas lojas até servem de espaço comercial e de habitação e a câmara municipal tem de rever isto no futuro.

Relataram que têm estado em contato com o Vereador Miguel Gaspar, pedindo apoios sempre que possível. Fizeram-no, nomeadamente, aquando da plataforma. Também têm apresentado ideias à Vereadora da Cultura e ao Vereador Miguel Gaspar, para

aproveitamento do espaço público, promovendo iniciativas culturais neste circuito de forma a captar público a vir à Baixa, aguardando as respostas e os devidos apoios.

## **2.6. Audição da Ordem dos Contabilistas Certificados**

A Ordem dos Contabilistas certificados fez-se representar pela sua Bastonária, a Dra. Paula Franco

Começou por afirmar que acha muito importante estas comissões avaliarem tudo o que pode ser melhorado na ajuda ao tecido empresarial português, referindo que a Ordem dos Contabilistas Certificados tem manifestado desde o início a sua disponibilidade para ser parte da solução.

Salientou que o projeto do Lisboa Protege funcionou muito bem, por ser um projeto bastante simplificado, permitindo que as empresas destes setores acessem a este apoio. Referiu que têm sido identificadas algumas questões que podem ser melhoradas, mas que, entretanto, julga que até já foi aprovado em câmara o alargamento aos empresários em nome individual sem contabilidade organizada. Desde o primeiro momento levantaram também esta questão ao governo, pois são aqueles que menos apoios têm.

Outro dos motivos de preocupação é a falta de informação e a falta de condições que os empresários têm para recorrer aos apoios. Portugal tem um tecido empresarial que não tem muita capacidade financeira, nem é muito sustentável, tendo esta pandemia apanhado muitos em situações de incumprimento, o que os impossibilitou a poderem recorrer a destes apoios. Referiu que o governo tem implementado uma série de medidas de pagamento em prestações e de flexibilização de pagamentos para regularização de dívidas à autoridade tributária e à segurança social, para que depois estas entidades possam recorrer aos apoios, mas não são tão céleres como se gostaria. Referiu que pobreza que se está a gerar é neste tipo de empresários, sendo necessário desbloquear estas situações rapidamente para conseguirem os apoios.

A análise que fazem dos setores do comércio e retalho, restauração e similares é que são setores muito frágeis sem capacidade para aguentar 2 ou 3 dias sem faturação, quanto mais mês e meio de confinamento. Por isso, solicitou que a câmara agilize com o governo no sentido de insistirem para que todos estes processos de regularização de dívidas sejam rápidos para poderem aceder aos apoios.

Considerou necessário agilizar também no Lisboa Protege o apoio aos empresários em nome individual (ENI) sem contabilidade organizada, pois sentem que são estes empresários que estão a entrar no limiar da pobreza.

Identificaram também outro problema neste momento, o tecido empresarial atingiu o seu limite, ainda que tenham acesso aos apoios, sendo o da segurança social o maior, já não há empresas que tenham sustentabilidade passado quase um ano do primeiro confinamento, já não há almofadas financeiras para continuar a manter os seus custos fixos, para além dos custos dos trabalhadores, e se continuarem a sustentar.

Disse que as empresas que se tentaram aguentar durante um ano, refere até com um comportamento excecional na manutenção dos postos de trabalho, e que têm tentado sobreviver, neste momento começam a não ter capacidade para continuar.

Adiantou que encerrar uma empresa para depois abrir de novo traz muito mais custos, o que pode levar a que esses empresários depois já não voltem à atividade. E assim, perder-se tecido empresarial.

Assim, recomendou que se arranjem apoios que consigam acomodar estes próximos 2 ou 3 meses de forma a que as empresas se aguentem até à retoma.

Concluiu referindo que assinalaram muitas situações de alojamento local que encerraram ou que alteraram os seus objetivos de arrendamento, o que também pode ser alterado a oferta de alojamento em Lisboa no futuro.

## **PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS**

### **Simonetta Luz Afonso (PS)**

Começou por referir que os contabilistas têm sido tremendamente elogiados em todas as audições das entidades do tecido empresarial que a 2ª Comissão tem feito. A Ordem dos Contabilistas tem ajudado a conviver com a pesada burocracia que ainda enferma o nosso Estado. Ouvia com satisfação quer da parte do Vereador, como agora a Bastonária que a Câmara de Lisboa tem aliviado imenso a burocracia, bastando apenas 2 papeis para poderem candidatar-se aos apoios.

Uma vez que estamos na reta final, questionou o que têm em mente em termos de apoios, para ajudar que estas empresas não tenham de fechar.

### **Miguel Santos (PAN)**

Projetando uma situação pessoal quando foi empresário em nome individual sem faturação, tendo a obrigatoriedade de pagar segurança social na mesma, questionou se não haverá uma forma simplificada de, perante uma situação de faturação zero, se suspender a obrigação do pagamento da segurança social.

### **Maria Luísa Aldim (CDS)**

Em relação a uma das preocupações que nos chegaram principalmente do setor da restauração, no que toca à contratação dos serviços da *Uber Eat's* e *Glovo*, a forma de faturação dos custos destas plataformas, entram nas contas das empresas como receita, o que leva a inflacionar as suas receitas podendo em alguns casos diminuir as quebras estabelecidas, sendo excluídos dos apoios do estado e da câmara. Neste sentido, questionou qual é a experiência da ordem dos contabilistas nestes assuntos e de que forma se pode alterar esta receita nas finanças, para que os restaurantes não saiam prejudicados.

Em segundo lugar questionou sobre a relação com a Banca, uma vez que tem chegado informação que os bancos não estão a ser tão flexíveis como se gostaria nos créditos às empresas. E de que maneira se pode criar confiança na banca para apoiarem estas empresas ou criar-se outro tipo de apoios para estas empresas que estão excluídas dos apoios do estado por não terem quebras superiores a 25%, mas que mesmo assim não conseguem honrar os seus compromissos.

### **Isabel Pires (BE)**

Do ponto de vista do Lisboa Protege, questionou se mesmo já com estas novas alterações, se há alguma alteração, que considerem que seria essencial, um avanço importante a ter em conta, nas próximas semanas.

Do ponto de vista nacional, no que toca às linhas de crédito, neste momento teriam de se começar a pagar nos próximos meses, e como se sabe as empresas não estarão em condições disso, perguntou então se tem tido algum *feedback* sobre o assunto, se vai haver aumento do período de carência ou não ou por quanto tempo, planos de pagamento, e a perceção e sensação dos empresários relativamente a isto.

Sobre as linhas de crédito, percebendo que são importantes e necessárias, o BE sempre teve muitas críticas e preocupações relativamente a este modelo, com o passar dos meses, muitos setores de atividade começaram também a retrair-se relativamente às linhas de crédito, porque perceberam que a crise ia levar mais tempo. O que significa dificuldade a fazer o pagamento dos créditos. Questionou então, qual será a solução. Passará por uma alteração do relacionamento com a banca? Ou passar grande parte destes apoios a fundo perdido?

Referiu que em Portugal o assunto do fundo perdido ainda está muito atrasado, na Alemanha, certos setores receberam os apoios a fundo perdido e pronto. Aqui ainda não se fala nisso, no entanto julga ser um assunto a ser tomado em conta uma vez que as empresas não têm condições de pagar estes créditos, mesmo com alargamentos de períodos de carência ou planos de pagamento.

### **Rui Paulo Figueiredo (PS)**

Começou por comentar a questão da burocracia, que em Lisboa se conseguiu flexibilizar, mas que infelizmente a nível nacional ainda há muita burocracia no acesso aos apoios e isso afeta também as empresas de Lisboa. Constatou também que já se tinha abordado exatamente a falta de apoios para aqueles que estão em incumprimentos, e só depois de resolverem isso é que poderão requerer os apoios. E que em Lisboa há também o caso da localização da sede.

Referiu a grande sugestão que foi feita em que concorda, que é a questão de não inventarmos mais nada, temos é de alargar os montantes, alargar o âmbito, alargar o tempo e dar mais apoios a fundo perdido, porque a resseção vai continuar e a pandemia também.

Em relação aos assuntos que a deputada Isabel Pires abordou, referiu que percebe os padrões de risco dos bancos, no entanto aproveitaram-se destes apoios para abordarem os médios e grandes clientes para substituírem financiamentos que já tinham, de garantias das empresas e pessoais por garantias do estado, esgotando assim os apoios do estado. E não foi para isso que estas linhas de crédito foram criadas, e no fundo, acabamos sempre no mesmo. Questionou então, quer no plano de recomendações nacionais quer no plano de recomendações municipais como é que podemos abordar este assunto.

Questionou se entende que a caracterização é completa e generalizada ou se nomeadamente se existe setores que estejam a sofrer mais. No seu entender julga que estas últimas restrições vieram a agravar ainda mais a restauração.

No que toca às rendas e às rendas que não são rendas, afirmou que não faz sentido nenhum que não sejam tidas em conta. Em centros comerciais ou similares em que os serviços estão englobados e neste momento até com despesas acrescidas uma vez que são obrigados a estar abertos, não poderem estar abrangidos nos apoios às rendas é injusto.

Para terminar, perguntou se no sentido de ajudar as empresas se a Ordem estaria disponível, ou teria associados interessados a integrar gabinetes de apoio nas juntas de freguesia e associações empresariais, e se seria útil ou não, uma vez que o Vereador se disponibilizou a pagar a remuneração dos mesmos.

## **RESPOSTAS DA BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS**

Respondendo à deputada Simonetta Luz Afonso disse que as soluções que propõe passam pelo alargamento dos apoios existentes, ou seja, aumentando as verbas para mais meses para que as empresas se poderem sustentar mais tempo.

No que toca às rendas, julga ser necessário ser revisto e aumentado a percentagem de apoio, e ser atribuído de forma a que chegue efetivamente a todos os que desse apoio necessitam. Referiu que o Apoiar Rendas cobre os dois setores de atividade, o inquilino e o senhorio e é dos apoios mais importantes.

Respondendo ao deputado Miguel Santos, sabendo que a segurança social é um dos maiores encargos que as empresas têm, neste momento há várias soluções, o problema neste momento é sempre o mesmo, ou para aqueles que têm dívidas ou, nomeadamente para os ENI's sem trabalhadores que não ficam abrangidos pela isenção dos 23,75%. Nas empresas que não foram obrigadas a fechar existe o apoio à Retoma Progressiva que é a isenção de 50%, no entanto nestes casos já há alguma dificuldade das empresas de pagarem estes valores. Têm alertado o Ministério do trabalho sobre esta preocupação com este encargo, no entanto percebem que se as contribuições não entrarem o sistema colapsa.

O problema maior são os sócios-gerentes sozinhos e o ENI's sem trabalhadores, que os apoios são muito pequenos e não deixam de ter obrigação de contribuir, são os

menos protegidos e têm tido imensos problemas e a maior parte deles já estão em incumprimento.

Referiu que a nível nacional nos meses de Novembro e Dezembro foi feito um plano de flexibilização dos pagamentos à Segurança Social, o que foi muito bom, permitindo que só se vá pagar estas contribuições a partir de Julho e por 3 a 6 meses. Infelizmente não existiu agora para estes meses. Indicou que estas medidas deveriam de ter uma maior continuidade. Esclareceu que estas flexibilizações de pagamentos quer da segurança social ou do IVA são apenas “empurrar com a barriga para a frente” e teremos de ver se quando começar a retoma se as empresas realmente terão capacidade para pagar as suas obrigações.

Respondendo às deputadas Isabel Pires e Maria Luísa Aldim sobre a questão dos financiamentos e da banca, disse que tem sido muito crítica nestas questões e que é preciso o equilíbrio, mas que o fundo perdido é sem dúvida a melhor solução, pois empurrar tudo para a frente não dará resultado.

No financiamento propriamente dito, que poderia ser significativo, não deixou de funcionar de forma deficiente. Foram créditos com garantia do Estado a 90%, o que significa que poderia haver uma opção para flexibilizar mais, mesmo com empresas com bastante risco, porque a maioria está sempre em condição técnica de insolvência. Consideram que uma das opções poderia ter sido mudar os critérios de avaliação de risco, o que não permitiu que a maior parte destas empresas terem acesso. Com o passar dos meses as situações ficaram ainda mais agravadas, os capitais próprios estão mais negativos, de 2020 não se esperam grandes resultados, portanto, numa avaliação da banca a maior parte destas empresas não têm a mínima capacidade de poder ser abrangidas. É tudo uma questão de opções políticas que durante um ano não se conseguiram resolver.

Nas questões relacionadas com os ENI's com trabalhadores ou sem trabalhadores, julga que o apoio deva ser diferente, no entanto no que toca às rendas, já poderá ser igual uma vez que é um custo fixo, facilmente comprovável.

Quanto à questão dos custos das plataformas e de vir a aumentar a faturação das empresas, referiu que os apoios são para as quebras de faturação acima dos 25% e estes custos das plataformas (que são custos que elevam a faturação) não terá mais impacto do que 2 ou 3%. Embora podendo haver empresas que apenas por isso sejam excluídas, ainda assim considera que uma empresa que tenha 27% de quebra de faturação ainda é uma empresa que não está muito mal, o preocupante são as empresas com quebras superiores a 50%. E neste momento numa altura em que todo o país precisa de tudo, temos de ser realistas e entender que empresas que têm quebras de faturação de 25% não estão na mesma situação do que empresas que têm quebras de 100 ou 50%. Estas que têm estas margens, têm dificuldade, mas é o tal contributo que tem de ser feito por todos, pelas empresas, pelo estado e pelos trabalhadores, havendo equilíbrio entre todos. Para se retirar essa questão da faturação, iria ser mais justo, mas iria criar uma burocracia enorme e esses 2 ou 3% não são tão significativos assim.

Deu o exemplo que uma das muitas queixas que tem existido é que é considerada toda a faturação e por exemplo, empresas que venderam os seus veículos para se



sustentarem, essas vendas vão contribuir para que não tenham tantas quebras. Não é justo, mas se teve liquidez é liquidez para se sustentar... Temos de ter a consciência que tudo tem limites, inclusive o estado e as ajudas.

Concluiu dizendo que nesta altura havendo mais injeção de dinheiro a fundo perdido, para sustentar os custos fixos e melhorar os apoios para os sócios-gerentes e os ENI's, conseguiremos chegar à meta.

Em resposta à questão das moratórias reforçou a sua primeira intervenção, que neste momento estamos a empurrar tudo para a frente e quando chegarmos a essa altura é que provavelmente se darão as grandes insolvências. Não crê que o plano de resiliência e tudo aquilo que vem da união europeia chegue a tempo desse período.

Disse que temos de nos antecipar e preparar para essa altura e planear já o que poderemos fazer por essas empresas.

No que foi referido sobre a banca, disse que concorda, que infelizmente os bancos dizem que não e até estavam proibidos de o fazer, mas que têm conhecimento que muitos dos financiamentos foram para substituir outros financiamentos anteriores agora com garantias do estado, criando-se instrumentos e artifícios para o fazer. Disse que a honestidade e solidariedade deveria ser comum e realmente houve entidades que não estiveram nada bem nestes processos.

Quanto à questão da venda de bebidas na restauração, disse perentoriamente que foi um erro tremendo, percebendo-se o princípio, devido ao “chico-espertismo” do português, levou a tomar-se determinadas decisões completamente desajustadas. Daqui a pouco estamos a terminar o confinamento e esta medida ainda não foi repostada e é essa uma das críticas que fez que é a falta de celeridade na resolução de muitas das questões.

Em relação ao apoio que os contabilistas possam dar, disse que tem uma grande preocupação para este momento. Referiu que em 2019 as Juntas de Freguesia deram um grande apoio à campanha do IRS, no entanto em 2020 não se fez devido à pandemia e com a obrigatoriedade do envio do IRS eletronicamente há muitas pessoas que precisam de ajuda e antecipando o problema se calhar era importante tomarem-se medidas para poder ajudar estas pessoas no cumprimento desta obrigação. Quanto à pergunta concreta diz que estão sempre disponíveis para colaborar, que aliás o Lisboa Protege foi um excelente exemplo da boa colaboração entre a ordem e a Câmara Municipal de Lisboa.

Por fim, em relação às rendas, referiu que quem legisla não tem noção da realidade, porque por exemplo a quantidade de arrendamentos que estão sob a situação de cedência de exploração, porque as figuras fiscais assim o obrigam, ficaram de fora do Apoiar Rendas. Referiu que a figura pura do arrendamento do ponto de vista fiscal é muito limitativa, só se aplicando a situações muito objetivas, tudo o resto vai parar a outras figuras que fiscalmente têm de ter aquele enquadramento e as pessoas acabaram por ficar prejudicadas sem aquele apoio porque fiscalmente são obrigadas a ter aquele tipo de enquadramento, o que não faz qualquer sentido. Isto traz ao de cima um desconhecimento da lei naquilo que é a abrangência deste tipo de contrato e de

relação comercial que existe. A Ordem avisou o estado e, portanto, as decisões foram tomadas em consciência, o que torna tudo ainda mais chocante.

Terminou lembrando que há pelo menos 30 anos se falava em haver o cartão do empresário, juntando o seu agregado familiar, precisamente para que houvesse um histórico o que limitaria as fraudes de se fechar num lado e abrir no outro, pois tem prejudicado muito a economia e agora em plena crise é possível que se tenha a tentação de se fazer isso e o cartão de cadastro empresarial ajudaria muito.

## **2.7. Audição do Vereador Miguel Gaspar**

O Vereador fez apresentação em *Power Point* com informação da evolução pandémica da cidade, bem como de vários indicadores económicos.

Realçou o trabalho de muito consenso por todos os partidos para criar medidas de apoio rápidas e eficazes. A CML tem, também, ouvido as várias associações e entidades do tecido económico da cidade, esforço que é continuado. Há um forte impacto naqueles setores (restauração, por exemplo) que dependiam de quem vinha todos os dias trabalhar para a cidade e fruto do teletrabalho deixou de vir. Há um impacto menor nos bairros residenciais e um esforço de apoiar o movimento associativo popular.

## **PERGUNTAS DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS**

### **Maria Luísa Aldim (CDS)**

Deu nota que vê com agrado o conjunto de medidas e os dados fornecidos na presente reunião. Questionou se a quebra de faturação apresentada era apenas referente a pagamentos SIBS ou também com outras fontes de pagamento, bem como se já há informações de janeiro de 2021. Também questionou se já estão a ser planeados mais apoios de acordo com as restrições que ainda vigaram. Questionou ainda pelas falhas identificadas no “digitaliza já”, perguntando que equipas existem, de quantas pessoas e como se faz o acompanhamento e desenvolvimento dos pedidos.

### **Simonte Luz Afonso (PS)**

Deu nota que o que o vereador indica não batia com a informação dada pelas associações até agora ouvidas, nomeadamente no que toca à questão da burocracia e demasiada legislação. Questionou sobre o gabinete de apoio, qual o ponto de situação. Também indicou que a zona da Baixa deveria ter um tratamento próprio, atendendo às dificuldades acrescidas pelas suas características. Falou da necessidade de articular a cultura com a economia, por forma a gerar sinergias para o futuro.

### **Isabel Pires (BE)**

Questionou se o vereador tinha informação sobre as razões para os pedidos indeferidos, se iam alargar o apoio a mais CAEs ou se deixaria de ser um requisito excludente, se a situação das lojas nos mercados, como o Mercado da Ribeira, seria resolvida, já que não podem colocar a sede fiscal no próprio mercado, não tendo, assim, acesso ao apoio e como funciona a parceria com os CTT para entregas.

### **Fernando Correia (PCP)**

Questionou sobre a situação de empresas com dívidas e planos de pagamentos e se estavam a ser excluídos de apoios.

### **Rui Paulo Figueiredo (PS)**

Questionou o vereador sobre se existem protocolos com as juntas de freguesia para multiplicar gabinetes de apoio e reforçou a questão sobre as empresas com sede fiscal fora de Lisboa.

## **RESPOSTAS DO VEREADOR MIGUEL GASPAR**

Sobre a burocracia, indicou que diminuiriam ao máximo: apenas pedem o IES de 2019 e a certificação de contabilista com a redução de faturação (coisas que as empresas têm facilidade de adquirir). Sobre a comunicação, indicou que têm utilizado todos os canais à disposição: notícias, boletins diários de associações, entrega de folhetos porta a porta, rede de muppies, entre outros. No entanto, destacou que há uma dificuldade que vem de trás, que tem a ver com a pouca relação existente entre associações e associações, fruto de não se fomentar tanto o movimento associativo. Indicou que vão alargar o apoio a lojas com história.

Referiu que não tinha os dados concretos sobre os indeferimentos, mas iria pedir para depois informar a comissão. Relativamente aos CAEs, a CML tem tentado fazer discriminação positiva com o setor da cultura e têm vindo a incluir quase todos. Sobre o programa com os CTT, o objetivo é dar acesso às empresas às plataformas que os CTT já possuem, com condições de acesso mais favoráveis; neste momento está em curso

uma campanha de comunicação para uma maior adesão. Sobre os mercados, a CML está a fazer um diagnóstico mais aprofundado da matéria. Por fim, indicou que empresas com planos de pagamentos não eram consideradas como tendo dívidas, logo poderiam aceder ao apoio.

Sobre os gabinetes há a dificuldade de haver poucos contabilistas disponíveis e de encontrarem um modelo que funcione bem, estando abertos a sugestões. Sobre a sede fiscal, indica que neste processo já tem acontecido as empresas trocarem a sede fiscal para a cidade de Lisboa, reconhecendo que há um problema mais complicado com os Empresário em Nome Individual, mas que estão a estudar.

### **3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Concluiu-se que estas audições foram muito esclarecedoras para compreender, através de associações que representam o tecido económico da cidade, os desafios que enfrentam os agentes económicos face à pandemia.

**A)** De entre todas as preocupações, conclusões e sugestões que foram recolhidas durante as audições, a Comissão achou pertinente, e por consenso, propor à Assembleia Municipal de Lisboa que delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa:

- 1) Reconsideração, nos apoios à atividade, de empresas não classificadas como essenciais, mas que, por causa do confinamento, vejam a sua atividade completamente estagnada;
- 2) Reanálise da situação das micro e pequenas empresas e dos empresários em nome individual com sede fiscal fora da cidade de Lisboa, designadamente nos Mercados do Município;
- 3) Consideração do alargamento dos apoios municipais aos sócios-gerentes e os empresários em nome individual, com e sem trabalhadores, pois são os mais desprotegidos;
- 4) Não discriminação no acesso aos apoios das empresas que legalmente estejam abrangidas pelo regime simplificado de tributação, nem consoante o seu tipo societário;

- 5) Inclusão no Lisboa Protege de setores de atividade como costureiras, confeção, arranjos ou lojas de noivas;
- 6) Criação no Município de Lisboa, em articulação com as associações, se necessário, de um Gabinete de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas para ajuda nos apoios, na digitalização e acessibilidade às vendas online;
- 7) Informação atempada aos feirantes de qual o critério e o montante das isenções de taxas municipais no ano de 2021;
- 8) Não obstante a autonomia de cada autarquia local, maior articulação entre as Juntas de Freguesia no sentido da existência de um critério mais uniforme na isenção das taxas;
- 9) Agilização do processo de obtenção da assinatura digital dos empresários para efeitos de candidatura aos apoios à atividade, ou substituição dessa formalidade por outra mais expedita;
- 10) Revisão da obrigatoriedade de que as candidaturas aos apoios tenham de ser apresentadas por um contabilista certificado;
- 11) Equiparação da cessão em exploração ao arrendamento comercial, para efeitos de apoios;
- 12) Apoio ao pagamento dos custos fixos (eletricidade, água, comunicações...) que as empresas continuam a ter de suportar mesmo estando fechadas;
- 13) Na zona da Baixa-Chiado, pela sua baixa densidade populacional e pela sua alta dependência do turismo, reconsideração, quer pelos órgãos do Estado quer pelos da Câmara Municipal de Lisboa e Juntas de Freguesia, dos apoios extraordinários que têm sido e continuam a ser criados à economia do país e/ou da cidade;
- 14) Repensar-se o repovoamento sustentável da zona da Baixa, para minimizar a sua dependência do turismo, sob pena de muitas lojas fecharem a muito curto prazo;
- 15) Aumento dos apoios a fundo perdido, bem como no seu âmbito e extensão no tempo, uma vez que a pandemia ainda vai durar e quando a retoma começar também começam o pagamento das moratórias;

- 16) Desburocratização em tudo e resolução rápida dos problemas dos incumprimentos;
- 17) Apoio à contratação de contabilistas para as Associações e Juntas de Freguesia que queiram abrir gabinetes de apoio ao empresário e no apoio à elaboração do IRS;
- 18) Ponderação da isenção de taxas e de impostos municipais para empresas com atividade no setor do turismo durante um ano;
- 19) Reforço da divulgação dos apoios disponíveis e reforço do apoio à candidatura aos mesmos, nomeadamente através da criação de uma linha telefónica dedicada;
- 20) Reforço das parcerias com as Associações de Comerciantes da cidade, nomeadamente estabelecendo metas de trabalho e divulgando o atingir das mesmas;
- 21) Decisão de, numa ótica de apoio à retoma e a pensar no futuro:
  - 21.1. Promover Lisboa através do programa Investe Lisboa de uma forma mais alargada com a Área Metropolitana de Lisboa;
  - 21.2. Reativar o Lisbon Business Connections;
  - 21.3. Potenciar Lisboa como uma cidade criativa, com bons quadros nas áreas de engenharias e tecnologias, para captar grandes multinacionais;
  - 21.4. Potenciar Lisboa como uma cidade apta a captar grande eventos, através da criação de um Centro de congressos com capacidade de pelo menos 20 mil pessoas e investir na tecnologia 5G como forma diferenciadora das cidades concorrentes;
  - 21.5. Criar formas de atração dos Lisboetas à Baixa, designadamente através de um programa de articulação de aspetos patrimoniais, históricos e culturais como a moda, comércio, os cafés ou as lojas com história e associá-los a formas de transporte revitalizadas como os elétricos.

**B)** Também por consenso, decidiu a 2ª Comissão, de entre as preocupações e sugestões recolhidas, propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que sensibilize o Governo:

- 1) Ao alargamento do apoio às rendas, em valor e em critérios de elegibilidade, como por exemplo os serviços de exploração, para não deixar muitas micro e pequenas empresas de fora;
- 2) Alargamento da moratória de pagamento das rendas comerciais em atraso, por forma a evitar a rescisão unilateral por parte dos senhorios;
- 3) Aumento dos apoios a fundo perdido, bem como o seu âmbito e extensão no tempo, uma vez que a pandemia ainda vai durar e quando a retoma começar também começam o pagamento das moratórias
- 4) Estabelecimento de linhas de crédito destinadas a cobrir custos fixos;
- 5) Alargamento dos apoios a fundo perdido, moratórias e outros créditos bancários por mais dois ou três anos a taxas de juro reduzidas e estáveis;
- 6) Consideração de novos mecanismos de apoio aos Sócios-Gerentes e aos ENI's sem trabalhadores, pois são aqueles que estão mais desprotegidos;
- 7) Desburocratizar os processos de candidatura aos programas de apoio, tornando-os mais simples e mais céleres.

A Comissão reunida a 9 de março de 2021 aprovou por unanimidade este relatório.

Os deputados municipais relatores:

Fernando Correia (PCP)

Isabel Pires (BE)

José Alberto Franco (IND)

José Moreno (PS)

Simonetta Luz Afonso (PS)

Rui Paulo Figueiredo (PS)

Deputada Relatora Final

Presidente da 2ª Comissão

Carla Madeira (PS)

Rui Paulo Figueiredo (PS)